

Direitos Humanos, Justiça e Violência: o debate acadêmico sobre a escola justa.

Aluna: Vivian Valentim de Souza

Programa: PIC/FEUSP

Orientadora: Flávia Inês Schilling

Resumo

Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo geral articular a redução/tratamento da violência no ambiente escolar com a temática dos direitos humanos, tendo como foco a construção de uma escola justa. Para isso foi realizado o levantamento (Estado da Arte) sistemático do debate contemporâneo sobre justiça e escola, a escola justa, o que é justo na escola, como fator de construção de uma idéia de justiça. Num primeiro momento foi realizado um levantamento quantitativo, em que foi possível perceber que o debate sobre justiça não é ainda muito extenso, apesar de ser diversificado, e parece estar crescendo rapidamente. Na análise mais atenta de 22 artigos selecionados, relacionados a educação/escola e juventude, foi possível constatar diferentes concepções de justiça, passíveis de serem trabalhadas na escola. Porém, o debate sobre a escola justa é recente e ainda pouco explorado.

Palavras-chave: Justiça – Educação – Direitos Humanos

Índice

O projeto.....	3
A Pesquisa em Sociologia da Educação	5
O “ESTADO DA ARTE”	8
Introdução.....	8
Os artigos	9
Pontos Comuns	9
Singularidades e diferentes perspectivas de análise	11
Conclusão.....	13
Pesquisa no Google	15
LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.....	20
A SciELO	20
Algumas buscas	21
Justiça.....	22
ANÁLISE DE ARTIGOS	31
Marcos teóricos e concepções de justiça	33
Educação e (in)justiça	37
O que é uma escola justa?	44
Considerações finais	48
Referências bibliográficas:	50
Artigos analisados no levantamento quantitativo (na ordem apresentada na busca) :.....	54
Os 22 artigos lidos integralmente	62
Anexos	65
I - Quadro de “Estados da Arte”	65
II – Quadro de revistas na ordem que apareceram na busca	72
III – Quadro de revistas em ordem alfabética	73
IV – Quadro de áreas e revistas, por número de revistas.....	74
V – Quadro de áreas, revistas e temas (detalhado)	76
VI – quadro de agrupamento dos 22 artigos escolhidos	80

O projeto

Este trabalho de iniciação científica é vinculado à pesquisa *Direitos Humanos, justiça e violência: percepções sobre a escola justa* (CNPQ-PQ- 2009-2011), que busca a articulação da temática dos Direitos Humanos com o tratamento da violência na escola, objetivando um debate e uma reflexão crítica sobre a possibilidade da construção de uma escola justa.

Essa reflexão sobre as relações entre educação escolar, violência, justiça e Direitos Humanos partiu da constatação de que o debate sobre a violência relacionada à escola está se repetindo, e ainda não encontrou soluções. Mostra-se necessária uma mudança de enfoque, voltada para a superação de algumas questões teóricas, e que encontre meios de ação.

A discussão seria, então, sobre a escola como espaço democrático, onde todos possam ter palavra, onde pudesse existir igualdade e conjuntamente, sem dicotomias, a diferença, pois o modo como se lida com a tensão entre elas (igualdade e diferença) leva a situações de (in)justiça, que podem gerar a violência em suas diferentes manifestações. Um governo escolar democrático auxiliaria, portanto, no equacionamento da tensão entre igualdade e diferença. Existe a idéia de que a escola que pensa e realiza a educação como um direito é livre de violência. Ao contrário da maior parte da produção existente, que se aprofunda nessas formas de manifestação da violência escolar e nas situações de injustiça, essa pesquisa pretende refletir sobre as formas de justiça e direito, que uma vez apreendidas podem reduzir a violência.

Para isso se propõe um estudo que sistematize os debates contemporâneos sobre o tema, pensando na tensão entre igualdade e diferença e nas percepções de justiça e injustiça na sociedade brasileira, com foco no cotidiano escolar, e também uma pesquisa empírica que busque as percepções de alunos, professores e funcionários de duas escolas da rede pública da cidade de São Paulo, de Ensino Médio, sobre uma escola justa.

A pesquisa realizada nessa iniciação científica corresponde à primeira fase do projeto, ou seja, faz o levantamento (estado da arte) sistemático do debate contemporâneo sobre justiça e escola, a escola justa, o que é justo na escola, como fator de construção de uma idéia de justiça. É de caráter bibliográfico, usando como

fontes artigos em periódicos indexados, a partir da base SciELO. A busca de artigos foi feita a partir de descritores selecionados. Essa sistematização permitiu encontrar temas centrais, abordagens teóricas, e as principais categorias de análise.

Pensando nos termos dessa pesquisa, encontramos a relação entre justiça e violência explicitada na seguinte definição, que nos diz que “violento” é aquilo que é contrário ao direito e à justiça:

Violência significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito.¹

A partir disso, pensamos sobre qual seria a relação entre escola/educação e violência. Para Adorno (1995), a principal tarefa da educação seria a de construir um mundo que pudesse opor-se a novos Auschwitz, ou seja, caberia à educação a recusa da violência, mobilizando-se a favor da justiça e da realização do(s) direito(s). Como fazer para que o nosso cotidiano não seja povoado de lugares que emudeçam, e que, ao contrário, contemplem as várias possibilidades de discursos, o debate, o dissenso e a fala sobre o que preocupa e o que nos acontece no espaço público e em público? Como trazer para a escola a temática dos direitos humanos, o que implica na política, na tensão entre igualdade e diferença, entre os vários grupos de direitos e deveres? O que seria, em suma, uma escola justa?

Encontramos no dicionário Aurélio as seguintes definições de justiça:

Justiça. [Do lat. *Justitia*] S. f. **1.** Conformidade com o direito; a virtude de dar a cada um aquilo que é seu. **2.** A faculdade de julgar segundo o direito e melhor consciência. **3.** Magistratura (2). **4.** Conjunto de magistrados judiciais e pessoas que servem junto deles. **5.** O pessoal dum tribunal. **6.** P. ext. O poder judiciário.²

¹ CHAUI, Marilena. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. Folha de São Paulo, Domingo, 14 de Março de 1999.

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Um primeiro marco teórico para a pesquisa é o artigo “O que é uma escola justa” (2004), de Dubet, que nos permite organizar um pouco os debates, introduzindo a idéia do que seria a justiça – a escola justa – no cotidiano educacional escolar.³

Para, no debate, a idéia de que a tensão entre igualdade e diferença – mesmo irreduzível - seria mais bem resolvida em uma sociedade democrática e numa escola onde se pudesse decidir coletivamente sobre como será a vida em conjunto naqueles dias, naquelas horas.

Dubet nos ajuda a entender que as respostas aos dilemas que cercam a ação justa e a busca por uma escola justa não são formuladas de uma vez para sempre, nem há uma solução perfeita, resultando de uma “combinação de escolhas e respostas necessariamente limitadas”⁴.

A Pesquisa em Sociologia da Educação

O primeiro passo quando se está desenvolvendo uma pesquisa (ou talvez seja mais acertado dizer “o passo anterior ao desenvolvimento de uma pesquisa”) é levantar um referencial teórico sobre a Pesquisa em si. Essas leituras deveriam acompanhar o pesquisador durante todo o seu trajeto, sempre lembrando de alguns pontos que às vezes são deixados de lado, ou alertando para certos vícios ou descuidos que podemos ter.

Autores como Bourdieu e Mills são leituras recorrentes quando se fala em pesquisa em sociologia da educação. Eles e outros, como Zaia Brandão e mesmo o livro *Itinerários de Pesquisa*, me acompanharam durante esses meses.⁵

Bourdieu, em *Introdução a uma sociologia reflexiva*, ao falar sobre a construção do objeto de pesquisa, nos faz entender que a importância do sociólogo não é

³ Nos aprofundaremos nele ao analisar os artigos selecionados para uma leitura mais atenta.

⁴ DUBET, François. “O que é uma escola justa?”. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez.2004, p.540.

⁵ BOURDIEU, Pierre. Capítulo II: introdução a uma sociologia reflexiva. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MILLS, C. Wright. Apêndice: Do artesanato intelectual. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos*. Caps. I e II. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-RJ, 2002.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

consequência da importância do objeto que estuda, e que o valor de um método de pensar está na capacidade de construir objetos socialmente insignificantes, ou reconstruir os importantes, em objetos científicos.

Após uma refletida construção podemos começar a pesquisa. Neste momento é importante que não se incorpore uma divisão abstrata entre teoria e metodologia, assim como a linha metodológica escolhida não deve se tornar uma doutrina, em que todas as outras se tornam falsas ou inoperantes. “Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*...”⁶.

Outra prática de muito valor, indicada pelo autor, é a de pensar o seu próprio pensamento, a de fazer uma sociologia da sociologia, para que não nos tornemos instrumentos de nossos objetos de pesquisa, por sermos também seres sociais, carregados das ideologias e concepções que o próprio mundo social estabelece.

Wright Mills traz outras contribuições muito importantes para o pesquisador, iniciante ou não. Assim como é aconselhável que não se separe teoria e metodologia, o mesmo se dá entre pesquisa e vida. Quando trabalhamos em uma pesquisa, ela se torna parte de nossas vidas, nossa experiência se torna parte de nossas pesquisas. Desse modo, nossos olhares estarão atentos para os tópicos em que trabalhamos, não importa onde estivermos.

Um bom conselho é o de manter um diário/arquivo, onde se anota todas as idéias de trabalho, todas as relações que possam surgir durante a pesquisa, todas as dúvidas ou projetos futuros, enfim, tudo. A partir desse arquivo podemos estimular nossa imaginação sociológica de algumas formas: com a redistribuição do arquivo; a busca de sinônimos de nossos termos-chave; reclassificando noções gerais; pensando no oposto da questão que nos preocupa diretamente; trabalhando primeiramente em termos de sim-ou-não; exercitando uma percepção comparada do material; desenvolvendo o tema e trabalhando os tópicos.

Outro bom conselho diz respeito à forma da apresentação do trabalho: em linguagem clara e simples, que possa ser imaginável como um discurso humano. O “técnico” não precisa ser “difícil”, e “difícil” não quer dizer “bom”, às vezes é somente verborrágico.

⁶ BOURDIEU, Pierre. Capítulo II: introdução a uma sociologia reflexiva. *O poder simbólico*, p.26.

Dos artigos de *Itinerários de Pesquisa* poderia trazer muitas outras observações, quanto a entrevistas, ao percurso da pesquisa em educação, ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa... Serei pontual, porém, trazendo um ponto de discussão do texto *Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em sociologia da educação*⁷, que trata sobre os diferentes tempos na pesquisa social. São estes os tempos e ritmos da vida cotidiana dos pesquisadores; os tempos e ritmos dos sujeitos, grupos e instituições investigados e por fim, as agendas, cronogramas e prazos das instituições de pesquisa. Muitas vezes estes diferentes ritmos entram em conflito, enroscam-se. Se, como havia dito Mills, pesquisa e vida não se dissociam, um dos trabalhos do pesquisador é também saber lidar com esses diferentes tempos, às vezes fazendo malabarismos para não deixar nada para trás. Outra temporalidade importante é a da própria pesquisa: ela é histórica, pode ter prazo de validade, não vai estar intocada ou correta para sempre, não é absoluta.

As últimas contribuições que trago são de Zaia Brandão, que traz alguns aspectos mais pontuais da elaboração da pesquisa e dos textos, como por exemplo o uso de citações. A dica é suprimi-las de nossos textos para ver se fazem falta, ou se são supérfluas. A citação pode ser usada como um argumento de autoridade (BRANDÃO, 2002, p.19), ou quando o autor construiu uma frase tão original e precisa que outra forma de escrevê-la não teria o mesmo significado, ou, ainda, quando se usa um conceito específico do autor e queremos exemplificar com o original.

Mais um ponto importante, e que complementa os textos dos autores já citados, é que não só a delimitação do objeto é uma fase importante, que exige calma; a análise e interpretação dos resultados também.

Estes bons conselhos e questionamentos são alguns dos que têm me acompanhado durante o trabalho de pesquisa. Não posso definí-los como fase inicial, porque, como sugeriu Bourdieu, estou frequentemente pensando o meu pensamento, e pensando a Pesquisa em si.

⁷ TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em sociologia da educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O “ESTADO DA ARTE”

Introdução

Já foi dito que essa iniciação tem como objetivo fazer o estado da arte do tema. Mas, o que é um Estado da Arte? Como fazer um levantamento como este? Como se seleciona descritores? Como analisar os textos: através dos resumos; lendo-os integralmente? Como saber se os artigos realmente abordam o tema que visamos? O que se deve buscar na leitura dos artigos? E, como estruturar toda essa pesquisa, depois?

Para responder essas perguntas e desfazer algumas dúvidas de uma pesquisadora iniciante, uma boa literatura de base pode ajudar. Nesse começo de trabalho foi isso que se propôs fazer, ler alguns levantamentos e estados da arte, além de textos sobre pesquisa, para poder analisar os diferentes modos (e mesmo entendimentos) desse tipo de revisão.

Foram 11 artigos de levantamentos bibliográficos e estados da arte lidos: 8 da revista Educação e Pesquisa, v.30, n.1 (que é especialmente sobre artigos de revisão), e outros 3 que foram selecionados após uma busca na SciELO, especificamente sobre artigos que tinham em seu título ou resumo o descritor “estado da arte”. Os descritores usados para busca em *todos os índices* foram: *estado, da e arte* (“estado da arte” só apresentou 7 resultados, dos quais somente um dos textos estava entre os 11 lidos). O resultado foi 162 trabalhos, dos quais uma parte não tratava sobre levantamentos. Selecionei alguns entre os textos que pareciam ser levantamentos de assuntos que me interessam e de revistas conceituadas, e li seus resumos, para me certificar de que eram assumidamente estados da arte. Destes, li três artigos.

Após as leituras foram observados e sistematizados em um quadro alguns pontos que são relevantes para o entendimento das pesquisas, como as fontes, palavras-chave, categorias de análise, entre outros, que foram usadas. Como são trabalhos de áreas e temas diversos, há diversidade também nos modos de pesquisa e sistematização dos trabalhos. Me aprofundarei nisso em seguida.

Esta é somente uma análise das estruturas que subsidiam a elaboração do estado da arte. Não pretendo me aprofundar nos temas, ou fazer uma crítica de métodos ou

mesmo da relevância das pesquisas. Comentarei sobre o que foi importante para a compreensão do que seria uma pesquisa que tem por objetivo um levantamento do debate teórico/acadêmico sobre determinada questão.

Os artigos

Os oito artigos da revista *Educação e Pesquisa*⁸, já citada, são Estudos Quantitativos em Educação (GATTI), Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão (BARRETO; SOUSA), O Estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório (ANGELUCCI et al), Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas (DAMASCENO; BESERRA), Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003 (LA TAILLE et al), O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPEd (1998-2003) (FREITAS), A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira (FARIA FILHO et al), Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003 (GHANEM). Foram lidos, além destes, o artigo Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros (VERMELHO; AREU), da revista *Educação e Sociedade*⁹, Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões (RANGEL), da *Revista Brasileira de Educação*¹⁰, e um artigo de uma revista de antropologia (*Mana*)¹¹, e não de educação, para conhecer a abordagem de outra área, Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte (MENEZES BASTOS).

Estes textos não são todos estados da arte, sendo alguns revisões de outro caráter, e mesmo parte dos que se auto classificam como “estado da arte” parece tender mais para outro tipo de pesquisa.

Pontos Comuns

⁸ *Educação e Pesquisa* v.30 n.1. São Paulo, jan./abr. 2004

⁹ *Educação e Sociedade*, vol.26, n.93. Campinas, set./dez. 2005.

¹⁰ *Rev. Bras. de Educ.*, v.12, n.34. Rio de Janeiro, jan./abr. 2007.

¹¹ *Mana*, vol.13, n.2. Rio de Janeiro, out. 2007.

Mesmo com as diferenças de áreas e de estrutura das pesquisas, podemos levantar alguns pontos em comum entre todas as produções analisadas, ou presentes em quase todas elas.

1) São levantamentos de caráter bibliográfico, que têm algum *recorte periódico definido*, podendo ser estabelecido pelo tempo de existência da fonte, como o trabalho de Freitas, que define o período (1998-2003) devido ao ano em que os textos começaram a ser disponibilizados na íntegra no site e em CD-ROM da ANPEd; por continuação a revisões anteriores, caso de Ghanem, que segue levantamento feito por ele mesmo (1995), ou de Gatti ou Angelucci (et al), que partem de trabalhos anteriores sobre pesquisa educacional; ou por outros fins mais específicos do trabalho.

2) Usam alguma *fonte*¹² para esse levantamento, como revistas selecionadas (Gatti; Vermelho e Areu) de acordo com a conceituação ou por questões regionais, temáticas, etc.; publicações de encontros (Freitas); sistemas de bibliotecas (Ghanem) e bases de periódicos e/ou dissertações e teses (Angelucci; Damasceno e Beserra; La Taille).

3) Os que usam essas bases definem *descritores* para a busca, estabelecendo os focos da pesquisa. Podem ser algumas palavras (alfabetização; indisciplina; escola), algumas expressões (carência cultural; política educacional), e ainda os possíveis cruzamentos (escola e alfabetização; escola e política educacional)¹³.

4) Todos utilizam algumas *categorias de análise* na leitura dos resumos e textos, que são definidas pelos objetivos do levantamento. Angelucci (et al), em seu trabalho, usam as diversas concepções de fracasso escolar para agrupar os textos e assim analisar essas próprias concepções. Outros trabalhos, como o de Damasceno e Beserra, sobre educação rural, usam categorias mais amplas, como temáticas privilegiadas, organização regional da produção, tendências atuais e temáticas pouco exploradas, podendo assim ter um panorama geral dos estudos. O estado da arte de educação e comunicação (Vermelho e Areu), por ser vinculado a um programa de pós-graduação, apresenta uma tabela de muitas categorias, bem delimitadas (p.1420-1421), para uso de todos os alunos. Os trabalho de La Taille (et

¹² As fontes, assim como as palavras-chave e outras categorias que não são citadas diretamente aqui, estão disponíveis no quadro de base para este trabalho, anexo I.

¹³ Esses são alguns dos descritores do trabalho de Angelucci (et al), *O Estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório*. 2004, p.58.

al), sobre ética e educação, e de Freitas, sobre o pensamento de Vygotsky na ANPEd, usam, entre outras, referencial teórico e apropriação de conceitos como categorias, devido ao caráter da análise (e mesmo à área) das pesquisas. A maioria dos artigos lidos também usa dados quantitativos como categoria de análise: quantidade da produção, estatísticas de produção por ano, ou região, ou mesmo instituição de pesquisa, etc.

Singularidades e diferentes perspectivas de análise

Além desses diferentes modos de construir os pontos comuns, a estrutura básica, cada pesquisa apresenta peculiaridades. Gatti, em sua busca de artigos em revistas selecionadas, não usa descritores, faz um levantamento exaustivo em todos os números de todos os periódicos, assim como Freitas, que faz o mesmo com os trabalhos e pôsteres dos GTs selecionados. Procedimento parecido é usado por Vermelho e Areu, que após selecionar os periódicos de interesse, buscam todos os sumários disponíveis do período definido, e então fazem a seleção dos artigos através dos títulos.

O método de análise e divulgação do material talvez seja a fase mais própria de cada pesquisa; os artigos foram escritos de modos diferentes, os de seus autores. Gatti escreve de forma predominantemente descritiva, cita alguns autores dos textos levantados e seus respectivos trabalhos, os mais representativos em cada categoria, e faz uma breve descrição. Rangel expõe suas pesquisas de acordo com as categorias encontradas. Barreto e Sousa fazem uma exposição geral e crítica dos trabalhos, citando um ou outro autor. Angelucci (et al), de modo mais abrangente, apresentam dados quantitativos, usam quadros de categorização dos trabalhos e seguem com uma exposição e crítica das diferentes concepções de fracasso escolar. Damasceno e Beserra também apresentam os dados quantitativos e usam quadros, mas nesse caso estes são para os dados estatísticos; fazem uma síntese geral, apresentando os pontos comuns dentre os sub-temas encontrados, citando os trabalhos no fim de cada ponto. Usam quadros com estatísticas também para a distribuição dos estudos por região e por Instituição de Ensino Superior, e analisam brevemente os dados. La Taille (et al) são mais detalhistas quando explicam o método de análise que empregaram, deixando claro que leram os resumos dos

textos para apresentá-los de forma quantitativa, mas selecionaram apenas alguns artigos para a leitura na íntegra. Após a apresentação dos dados quantitativos e estatísticos, fazem uma exposição e crítica seguindo as categorias de análise adotadas, citando os trabalhos pertencentes a certos pontos levantados. Freitas leu os resumos dos trabalhos e pôsteres dos GTs selecionados, e na íntegra aqueles que demonstravam ter como fundamentação a teoria de Vygotsky. Assim como os autores anteriores apresenta dados quantitativos e estatísticos; descreve os trabalhos, comentando-os. Vermelho e Areu seguem o mesmo procedimento, fazendo uma análise dos dados quantitativos e proposições durante a descrição dos textos. O trabalho de Faria Filho (et al) é principalmente descritivo, apontando fraquezas e desafios da categoria *cultura escolar* na conclusão. Ghanem é também descritivo após expor os dados quantitativos, seguindo as categorias de análise para citar cada obra (todos os títulos encontrados foram lidos integralmente), com breves ligações entre uma e outra, dando um panorama detalhado do tema e de cada obra. Conclui com pontos que ainda não foram abordados ou que deviam ser mais aprofundados. Menezes Bastos segue a linha da descrição, desenvolvendo as categorias de análise durante o texto e citando experiências e trabalhos de outros autores.

Outro ponto de variação é a amplitude regional. A maioria dos artigos apresenta fontes que fazem uma pesquisa de amplitude nacional (na medida do possível, uma vez que não são analisados todos os periódicos brasileiros, mas sim representantes regionais ou revistas nacionais), mas há ainda alguns que se detém à produção de certa região, caso de Angelucci (et al) e Ghanem, que analisam trabalhos produzidos na região Sudeste (como primeira fase da pesquisa), ou outros que fazem um levantamento internacional, como Menezes Bastos, que busca algumas produções da América do Sul, e Rangel, que trata sobre países da Europa.

Esses dois autores, assim como Barreto e Sousa e Faria Filho (et al) não foram muito aprofundados aqui até então. Isso se deve a uma diferença do caráter da pesquisa realizada por eles. Os dois primeiros definem seus trabalhos como estados da arte, mas não apresentam alguns dos pontos comuns já citados. Rangel parece fazer um levantamento tendendo mais para um “estado da educação prisional na Europa” do que para um estado da arte. Não usa uma periodização definida; sua pesquisa é mais do que bibliográfica, é principalmente uma pesquisa de campo; suas fontes são um questionário distribuído a autoridades penitenciárias, ONGs e

outros e documentos oficiais dos países estudados. Os aspectos observados não são relativos aos documentos, como concepções, marcos teóricos, questões mais discutidas; são relativos ao estado da educação prisional, abordando o contexto legal, institucional e social, a educação e administração penitenciária, as populações específicas e as várias dimensões da educação.

O artigo de Menezes Bastos tem como categorias de análise certos aspectos que são propostas do autor, pontos que ele sugere serem comuns nas músicas e rituais indígenas, e que procura comprovar através da análise dos outros trabalhos sobre o tema. Não cita a fonte usada na busca dos trabalhos analisados.

Barreto e Sousa e Faria Filho (et al) não classificam seus trabalhos como estados da arte, são sim revisões. As primeiras usam um levantamento realizado por grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da USP (2003) e trabalhos posteriores para fazer a revisão, mas não citam os procedimentos desse levantamento. Focam, na sua síntese, a experiência de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre na adoção dos ciclos.

Faria Filho (et al) também não citam recorte periódico, fontes, ou como foi feita a seleção dos textos analisados. Assim como Menezes Bastos, parecem ter falado sobre tudo o que já leram do tema, pois são da área, ou devem ter feito levantamentos para trabalhos anteriores. Talvez suponham já ter esgotado o tema nas próprias leituras, ou considerem que o que citam é o mais representativo para a análise proposta.

Conclusão

Lendo esses artigos, parte das perguntas feitas anteriormente foi respondida, sem uma resposta única para cada. Como qualquer tipo de pesquisa, um estado da arte não tem um modelo único e acertado que pode ser aplicado a qualquer trabalho a ser feito.

O que é um Estado da Arte? É um levantamento de trabalhos sobre um determinado tema, que procura analisar o que já foi feito e discutido e o que ainda não foi explorado, para fins diversos. Pode ter qualquer recorte temporal, assim como regional, isso dependendo dos fins da pesquisa. Pode usar uma ou mais fontes, como bases de periódicos, periódicos selecionados, bancos de teses e dissertações

e mesmo documentos oficiais. A leitura e busca de artigos pode usar descritores (muitos, poucos, cruzados, tudo depende do modo como se trabalha), pode usar títulos, pode ser exaustiva de determinados periódicos, localizados através de resumo. A análise dos trabalhos pode ser somente através dos resumos, ou mais a leitura de alguns textos representativos dentro de cada categoria pensada, ou ainda com a leitura integral de tudo o que foi levantado. A sistematização final pode abordar somente dados quantitativos ou estatísticos; pode ser unicamente descritiva, falando sobre cada texto lido ou cada autor; pode fazer uma exposição dos trabalhos sobre o tema, seguida ou não de crítica; ou ainda pode utilizar as combinações possíveis de todos esses modos. E essas são somente as alternativas que encontrei nos trabalhos que li.

Esse estado da arte pretende usar um pouco do apreendido de cada artigo, mas a estrutura geral será mais próxima da pesquisa de Damasceno e Beserra sobre a educação rural no Brasil, buscando as tendências e principais enfoques do tema (no nosso caso, a justiça e suas relações com a escola), sistematizando dados quantitativos e estatísticos, além de uma leitura mais aprofundada para o Estado da Arte, e apresentando os dados numa síntese, levantando pontos em comum e/ou de destaque entre os trabalhos.

Pesquisa no Google

Antes de iniciar a busca na SciELO, surgiu uma curiosidade sobre quais seriam os resultados de uma pesquisa sobre o tema da escola justa num site de busca popular, não numa base de periódicos. A empresa pensada para isso foi o Google, que está vinculada a cada vez mais espaços e tem acesso e posse de cada vez mais informações.

As páginas que podem surgir numa busca são as mais variadas, desde bases de periódicos, ou sites comerciais, até os blogs (diários virtuais, páginas pessoais).

Foi realizada uma breve pesquisa, sem especificação de língua ou nacionalidade dos resultados (“pesquisar a web”), que teve como descritores “escola” e “justa”. Foram vistas as cinco primeiras páginas de resultados, 50 no total¹⁴, com o objetivo de observar as formas (artigos, notícias, reportagens, etc) e quem discute o tema.

A maioria dos resultados se relaciona com o artigo¹⁵ ou livro¹⁶ do autor francês François Dubet, “O que é uma escola justa?”. O primeiro resultado foi justamente a página do artigo na SciELO. Alguns outros também o citavam ou mesmo disponibilizavam-no na íntegra, como a Red Latinoamericana sobre Inclusión Educativa em Ciudades (Redligare), e alguns blogs. O artigo apareceu também catalogado no site do INEP.

Logo no início o autor já levanta as concepções de justiça que pretende questionar durante o trabalho (p.540)

Por exemplo, a escola justa deve:

- Ser puramente meritocrática, com uma competição escolar justa entre alunos social e individualmente desiguais?
- Compensar as desigualdades sociais, dando mais aos que têm menos, rompendo assim com o que seria uma rígida igualdade?
- Garantir a todos os alunos um mínimo de conhecimentos e competências?

¹⁴ Os resultados no Google são apresentados de acordo com a sua relevância (do mais relevante ao menos relevante). Segundo a descrição do site, o método de ranqueamento deles (PageRank) não examina somente a frequência com que o descritor aparece nas páginas da web, mas também analisa as relações entre páginas (através de *links*), a importância das páginas que estão relacionadas à rankeada, o conteúdo da página e o conteúdo das páginas vizinhas.

Disponível em: <http://www.google.com.br/intl/pt-BR/corporate/tech.html> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

¹⁵ DUBET, François. “O que é uma escola justa?”. Cadernos de Pesquisa, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

¹⁶ DUBET, François. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. SP: Cortez Editora, 2008.

- Preocupar-se principalmente com a integração de todos os alunos na sociedade e com a utilidade de sua formação?
- Tentar fazer com que as desigualdades escolares não tenham demasiadas conseqüências sobre as desigualdades sociais?
- Permitir que cada um desenvolva seus talentos específicos, independentemente de seu desempenho escolar?

Esse artigo é uma referência de base para aqueles que pretendem discutir ou pesquisar a escola justa. Muitos dos resultados seguintes, que não são desenvolvidos a partir dele, levantam questões desenvolvidas em algum dos subtítulos escritos pelo autor no corpo do texto.

Por fim, boa parte dos resultados relacionados ao livro do autor eram sites de livrarias ou de vendas num geral.

Outros pequenos artigos apareceram nos resultados observados, em formas mais populares. O primeiro que apareceu dessa categoria foi “Avaliação escolar na justa medida”, de Norma Leite Brandão, escrito para o site Clic Filhos¹⁷. É um texto voltado para os pais, propondo que eles não se preocupem profundamente com notas, pois estas não refletem nem reproduzem a inteligência de seu filho. Não há uma definição do justo, nem de uma medida justa.

Paula Morgado Sande, em seu texto “Noção aberta, dinâmica e justa de ‘cultura escolar’”, escrito para o Instituto de Estudos de Literatura Tradicional - IELT¹⁸ (Português), relaciona no segundo subtítulo¹⁹ o *justo* no ensino da língua com a tradição oral e a cultura popular, ou seja, *justiça* seria levar à escola essa cultura, popular, comunitária, além da erudita, porque é parte da realidade dos alunos, sendo também o melhor caminho para ensinar o gosto pela literatura num geral.

O texto “Será justa a liberdade de escolha da escola?”, de Xavier Bonal²⁰, apresenta a discussão sobre a livre escolha das escolas pelos pais e o quão justa é essa na prática, usando os critérios de justiça de John Rawls. Para ser justa, essa liberdade

¹⁷ BRANDÃO, Norma Leite. *Avaliação escolar na justa medida*. Site Clic Filhos. Disponível em: http://www.clicfilhos.com.br/site/display_materia.jsp?titulo=Avalia%E7%E3o+escolar+na+justa+medida. Acesso em: 20 de janeiro de 2010

¹⁸ SANDE, Paula Morgado. *Noção aberta, dinâmica e justa de “cultura escolar”*. IELT: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, nov. 2007. Disponível em: <http://www.ielt.org/pagina/artigos?id=8>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

¹⁹ “Abrindo o cânone pedagógico – o lugar da literatura imaginativa e dos textos do património oral e da cultura popular num programa culturalmente justo, dinâmico e apelativo de leituras escolares. Sugestões (fontes bibliográficas; práticas pedagógicas e atitudes culturais) para a prática do ensino do Português nas escolas (básicas e secundárias)”. Ibid.

²⁰ BONAL, Xavier. Será justa a liberdade de escolha da escola? *A Página da Educação*, nº181, ano 17, agosto/setembro 2008. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=181&doc=12712&mid=2>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

teria de não prejudicar as oportunidades dos menos favorecidos, o que não acontece se algumas escolas, consideradas melhores, não têm vagas o bastante para suprir a demanda, e outras viram “depósitos de maus alunos”, sem estender a discussão para a questão do público/privado. O autor propõe que se considere um limite na liberdade de escolha, para que quem está pior possa maximizar a sua posição em relação a outros cenários possíveis.

Outro artigo que discute justiça na escola, “Comment un système éducatif peut-il devenir plus juste?”, de Denis Meuret²¹, é citado no blog Partilha do Saber, de Télmo Bértolo²². No subtítulo citado, “allons nous vers une école plus juste?”, Escola justa (pensando na concepção de escola, não em unidades escolares) seria aquela que: desse competências mínimas aos alunos para lidar com a crescente complexidade da sociedade; as desigualdades internas só fossem aceitas se servissem o bem comum ou favorecessem os desfavorecidos; não humilhasse os alunos que fracassam no “jogo”. Deveria considerar também a igualdade na qualidade de ensino e no valor dos certificados.

Discutindo as mudanças da sociedade, assim como Meuret, e a crise da escola pública, Almerindo Janela Afonso, quando perguntado sobre o papel do currículo frente a essas mudanças em entrevista para a Revista E-Curriculum²³, diz que uma escola justa teria no currículo conhecimentos considerados válidos pela sociedade, e ele seria passado de um modo que pudesse ser apropriado pelas classes e grupos sociais mais desfavorecidos.

Três artigos acadêmicos mais extensos também estavam nos resultados observados. Destes li somente os resumos. “Democratização escolar e justiça da escola” de François Dubet²⁴, publicado pela Revista Educação da Universidade Federal de Santa Maria, propõe analisar, a partir de variados critérios de justiça, as

²¹ MEURET, Denis. *Comment un système éducatif peut-il devenir plus juste?* La Federation des métiers de l'éducation: UNSA Education, 21 de abril de 2005. Disponível em: <http://www.unsa-education.org/modules.php?name=News&file=article&sid=250> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²² BÉRTOLO, Telmo. *Caminhamos em direcção a uma escola mais justa?* Blog Partilha do Saber, 15 de setembro de 2008. Disponível em: <http://partilhadosaber.blogspot.com/2008/09/caminhamos-em-direco-uma-escola-mais.html> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²³ *Entrevista a Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, Portugal.* Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 2, junho de 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecurriculum/artigos_v_2_n_2_jun_2007/entevista_almerindojanela.pdf . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²⁴ DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. *Revista Educação*, Santa Maria, v.33, n.3, p.381-394, set./dez. 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/79/53> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

formas de injustiça que surgiram com a democratização do acesso à escola, a princípio uma medida justa.

O artigo “Tendencias actuales em la educación moral” de José Alberto Mesa²⁵, por sua vez, analisa as abordagens da educação moral discutidas por Edward McClellan, também usando como referência Lawrence Kohlberg e sua proposta de escola justa. Parece tender, portanto, para a Psicologia Cognitiva.

Angela Maria Brasil Biaggio aparece com um artigo na mesma área, “Kohlberg e a ‘Comunidade Justa’: promovendo o senso ético e a cidadania na escola”²⁶, que pretende descrever a técnica de educação moral chamada de “comunidade justa”, usada em programa realizado em cidade do meio-oeste americano, e também discutir a aplicação desses programas para o contexto brasileiro.

Entre os outros resultados estava a notícia publicada por Agência Lusa, “Decisão do Tribunal Europeu sobre crucifixos nas escolas é ‘justa’, diz Moisés Espírito Santo”²⁷, em que o sociólogo, defendendo a laicidade da escola pública, argumenta a favor da decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que considera a exibição de crucifixos nas salas de aulas como violação da liberdade religiosa dos alunos.

Também estava, em formato de artigo, o texto de Adrielle Lopes de Souza, “Quando a violência é justa ou justificável (o outro lado da moeda)”²⁸, na seção *vestiblogando* do canal *vestibular* do site Brasil Escola, em que se discute fatos que motivariam uma violência justa, contra a corrupção, por exemplo.

Apareceram ainda uma página de graduação à distância que tinha o tema da escola justa em um programa; o livro “Poderá a escola ser justa e eficaz?: da igualdade das

²⁵ MESA, José Alberto. Tendencias actuales em la educación moral. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niños y Juventud*. Volume 2 – Número 1, Janeiro-Junho de 2004. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/vol2/art1.htm> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²⁶ BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psic. Reflex. Crit.*, Vol. 10, n.1, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://www.uniweb.cl/marcelo.urrea/videosip/Biaggio/articles/BiaggioKohlberg.pdf> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²⁷ *Decisão do Tribunal Europeu sobre crucifixos nas escolas é “justa”, diz Moisés Espírito Santo*. Agência Lusa, 04 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/31242-decisao-do-tribunal-europeu-crucifixos-nas-escolas-e-justa-diz-mois-espirito-santo-> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

²⁸ SOUZA, Adrielle Lopes de. Quando a violência é justa ou justificável (o outro lado da moeda). Brasil Escola, canal vestibular: vestiblogando, 20 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.vestibular.br/brasil escola.com/vestiblogando/quando-violencia-justa-ou-justificavel-outro-lado-.htm> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

oportunidades à igualdade dos conhecimentos” de Marcel Crahay²⁹ em um site de vendas e uma página que discutia a questão da mini saia justa na escola.

Por fim, o único trabalho que apresenta uma proposta de escola justa foi encontrado na página do Centro Acadêmico Professor Paulo Freire, da Faculdade de Educação da USP³⁰, e é justamente um trabalho para a disciplina da professora doutora Flávia Inês Schilling, de 2007. A escola justa, nesse trabalho, seria pública, gratuita, autônoma, acessível, laica, sem qualquer tipo de discriminação; teria um número ideal de alunos por sala e mais classes, possibilitando assim o acesso; centraria seu foco no indivíduo, sem contudo ser individualista; exerceria democracia e liberdade de expressão, tendo assembléias onde participam todos os membros do corpo escolar, menos alunos de educação infantil; faria um trabalho de co-avaliação; teria uma disciplina legitimada, não imposta; seria ativa e não se declararia imparcial.

São resultados diversos que abordam a questão da escola justa através de diferentes enfoques. Sinteticamente, podemos dizer que trouxeram relações de “escola justa” com: meritocracia; compensação de desigualdades; competências mínimas; integração social; desenvolvimento individual pleno; avaliação; cultura popular; qualidade do ensino; certificado; currículo; moral; laicidade; violência; direitos humanos; democracia.

Quanto à forma, foram predominantemente artigos, acadêmicos ou não, de revistas ou páginas relacionadas à escola, seguidos de blogs com reflexões pessoais e citações.

²⁹ CRAHAY, Marcel. Poderá a escola ser justa e eficaz?: da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos. Instituto Piaget, 2002.

³⁰ SILVA, Marco A. A.; ROUSSEAU, Sofia; CARVALHO, Mariana R. S.; PEDROSO, Tatiana; CARVALHO, Malena; DUARTE, Fernanda Kalil; PARENTE, Leonel; PAULA, Taís de; CÉZAR, Marcos; Daniela. O que é uma escola justa? Trabalho da disciplina da Flávia Schilling. 2007. Disponível em <http://www.cappf.org.br/tiki-index.php?page=Di%C3%A1logos%20de%20uma%20Escola%20Justa&pagenum=5> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

A SciELO

Como dito anteriormente, a base usada para as buscas dessa pesquisa foi a SciELO (Scientific Electronic Library Online), que teve sua aplicação pioneira no Brasil, mas está expandindo o modelo SciELO para vários países. É o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) em parceria com a BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), e a partir de 2002 começou a receber apoio também do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). No início envolvendo somente 10 periódicos brasileiros, o projeto buscou desenvolver uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

Hoje a página principal da Livraria, disponível em inglês, português e espanhol, apresenta as seguintes coleções: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, Portugal, Venezuela, Saúde Pública, Social Sciences. E mais outras em desenvolvimento: África do Sul, Bolívia, Costa Rica, México, Paraguai, Peru, Uruguai, West Indian Medical Journal, Brasil Proceedings. E ainda páginas de divulgação científica: Ciência e Cultura, ComCiência, Inovação Uniemp, Pesquisa FAPESP, Revista Virtual de Química.

O Projeto SciELO tem como objetivo aumentar radicalmente a visibilidade, a acessibilidade e a credibilidade nacional e internacional da publicação científica da América Latina e Caribe.

Os critérios de avaliação de periódicos para admissão na SciELO são bem rigorosos. Os periódicos devem publicar predominantemente artigos originais; devem aparecer pontualmente de acordo com a sua periodicidade; os integrantes do conselho editorial devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional; os artigos devem ter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e em inglês; o periódico deve ter um índice de citações compatível com periódicos da mesma área; entre outros.

Para essa pesquisa usaremos a base brasileira (www.scielo.br), que apresenta somente periódicos brasileiros em sua coleção.

Existem dois campos de busca na base: a busca de periódicos, que pode ser feita através de uma lista alfabética, uma lista por assuntos ou ainda por pesquisa de títulos; e a busca de artigos, que tem as opções índice de autores, índice de assuntos e também pesquisa.

A pesquisa de artigos apresenta um formulário básico ou livre. Usaremos o formulário básico, onde digita-se as palavras-chave da busca, que pode ser feita nos campos: palavras do título, autor, assunto, resumo, ano de publicação, tipo de artigo, afiliação-organização, afiliação-país, áreas geográficas ou todos os índices. Há, ainda, para o uso de mais de uma palavra, as opções de conjunção *and*, *or* e *and not*.

Algumas buscas

Foram realizadas algumas buscas breves para o conhecimento da base e a seleção para quantificação. No dia 21 de janeiro foram realizadas as seguintes buscas:

- avaliação (em *assunto*) + justiça (*todos os índices*), apresentando 6 resultados, dos quais nenhum era da área de Educação;
- educação (*assunto*) + justa (*todos os índices*), que obteve 8 resultados, dos quais somente um não era da área de Educação, era da Saúde;
- educação (*assunto*) + justiça (*todos os índices*), que apresentou 22 resultados nas áreas de Educação, Saúde, Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais;
- Escola (*assunto*) + justa (*todos os índices*), que apresentou somente 3 resultados, todos sobre educação. O artigo do Dubet³¹ não estava entre os resultados;
- Injustiça (*assunto*), que obteve 4 resultados, nenhum da área de Educação;
- Justiça (*assunto*), que apresentou 105 resultados, das áreas de Ciências Sociais, Saúde, Psicologia, Direito, Administração, Filosofia, Relações Internacionais, Serviço Social, Economia, História e Educação;
- Violência (*assunto*) + escola (*todos os índices*), que apresentou 175 resultados, dos quais a maioria era da área de Saúde.

Surgiu a curiosidade quanto ao número e à área dos resultados desta última busca. Observando os resumos, títulos e palavras-chave, pude notar que a maioria dos

³¹ DUBET, François. "O que é uma escola justa?". *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez.2004.

trabalhos não estava relacionada à escola, e nem mesmo citava a palavra no corpo do texto. Os artigos apareceram nessa busca devido ao fato de “escola” estar em *todos os índices*, ou seja, apesar de não ter relações com o tema escola, os autores eram da Escola de Enfermagem, por exemplo, ou a revista era de alguma Escola.

Uma nova busca, no dia 29, com os descritores violência (*assunto*) + escola (agora também em *assunto*), apresentou somente 20 resultados, nas áreas de Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia e Educação.

Com essas pequenas buscas podemos observar algumas limitações com relação aos descritores ou ao campo da busca. As palavras-chave são nossas “iscas”, nem sempre atraímos os artigos esperados, mas temos de tentar diversas combinações.

Dos resultados, o que se mostrou mais completo e diversificado foi a busca por *justiça*. Esta foi a escolhida para a quantificação.

Justiça

Uma nova busca por *justiça* no campo *assunto* foi realizada no dia 4 de fevereiro, apresentando 107 resultados. Este é um tema que parece trazer novos artigos constantemente. A partir desses resultados foram pensados alguns aspectos importantes na quantificação: quais as revistas, quantos artigos por revista, quais as áreas das revistas e artigos, quais os temas abordados.

Esse levantamento geral se mostra importante para a visualização dos temas mais freqüentes, assim como as áreas mais voltadas para a questão, mostrando também a quantidade da produção realizada até então, o que nos dá uma base para a posterior discussão na área da Educação.

Apareceram na busca 44 revistas, a com maior número de artigos foi *Psicologia: Reflexão e Crítica*, com 10 artigos, seguida de *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, com 9 artigos.

	Revista	Artigos
1	<i>Psicol. Reflex. Crít.</i>	10
2	<i>Rev. bras. Ci. Soc.</i>	9
3	<i>Ciênc. saúde coletiva</i>	7
4	<i>Lua Nova</i>	6
5	<i>Sur, Rev. int. direitos human.</i>	6
6	<i>Rev. Sociol. Polit.</i>	5

7	<i>Rev. adm. contemp.</i>	4
8	<i>São Paulo Perspec.</i>	4
9	<i>Sociologias</i>	4
10	<i>Tempo soc.</i>	4
11	<i>Rev. katálysis</i>	3
12	<i>Rev. Saúde Pública</i>	3
13	<i>Cad. Saúde Pública</i>	2
14	<i>Contexto int.</i>	2
15	<i>Educ. Pesqui.</i>	2
16	<i>Estud. psicol. (Natal)</i>	2
17	<i>Novos estud. - CEBRAP</i>	2
18	<i>Opin. Publica</i>	2
19	<i>Physis</i>	2
20	<i>Rev. Latino-Am. Enfermagem</i>	2
21	<i>Soc. estado.</i>	2
22	<i>Trans/Form/Ação</i>	2
23	<i>Ambient. soc.</i>	1
24	<i>Cad. Pagu</i>	1
25	<i>Educ. Soc.</i>	1
26	<i>Estud. av.</i>	1
27	<i>Fractal, Rev. Psicol.</i>	1
28	<i>Horiz. antropol.</i>	1
29	<i>Kriterion</i>	1
30	<i>Psic.: Teor. e Pesq.</i>	1
31	<i>Psicol. estud.</i>	1
32	<i>Rev. Assoc. Med. Bras.</i>	1
33	<i>Rev. Bras. Educ.</i>	1
34	<i>Rev. bras. educ. med.</i>	1
35	<i>Rev. bras. enferm.</i>	1
36	<i>Rev. Bras. Hist.</i>	1
37	<i>Rev. bras. polít. int.</i>	1
38	<i>Rev. direito GV</i>	1
39	<i>Rev. econ. contemp.</i>	1
40	<i>Rev. Econ. Polit.</i>	1
41	<i>Rev. esc. enferm.</i>	1
42	<i>Rev. Estud. Fem.</i>	1
43	<i>Rev. Hosp. Clin.</i>	1
44	<i>Tempo</i>	1
Total:		107

Agrupar as revistas ajudou a visualizar a quantidade destas e artigos por áreas. A área de Saúde foi a que apresentou o maior número de revistas (10), porém foram as Ciências Sociais que produziram mais artigos (35). No quadro que segue aparece a categoria “multidisciplinares”, para revistas que trabalham com mais de uma área do conhecimento. Os artigos dessa categoria foram reagrupados na busca pelos temas, de que falaremos em breve.

Área	Revista	Artigos
------	---------	---------

Ciências Sociais	Rev. bras. Ci. Soc.	9
	Lua Nova	6
	Rev. Sociol. Polit.	5
	Sociologias	4
	Tempo soc.	4
	Soc. estado.	2
	Opin. Publica	2
	Novos estud. - CEBRAP	2
	Horiz. antropol.	1
Total:	9	35
Saúde	Ciênc. saúde coletiva	7
	Rev. Saúde Pública	3
	Cad. Saúde Pública	2
	Physis	2
	Rev. Latino-Am. Enfermagem	2
	Rev. bras. educ. med.	1
	Rev. bras. enferm.	1
	Rev. Assoc. Med. Bras.	1
	Rev. esc. enferm.	1
	Rev. Hosp. Clin.	1
Total:	10	21
Psicologia	Psicol. Reflex. Crit.	10
	Estud. psicol. (Natal)	2
	Fractal, Rev. Psicol.	1
	Psicol. estud.	1
	Psic.: Teor. e Pesq.	1
Total:	5	15
Multidisciplinares	São Paulo Perspec.	4
	Cad. Pagu	1
	Rev. Estud. Fem.	1
	Ambient. soc.	1
	Estud. av.	1
Total:	5	8
Direito	Sur, Rev. int. direitos human.	6
	Rev. direito GV	1
Total:	2	7
Administração	Rev. adm. contemp.	4
Educação	Educ. Pesqui.	2
	Rev. Bras. Educ.	1
	Educ. Soc.	1
Total:	3	4
Filosofia	Trans/Form/Ação	2
	Kriterion	1
Total:	2	3
Relações Internacionais	Contexto int.	2
	Rev. bras. polít. int.	1
Total:	2	3
Serviço Social	Rev. katálysis	3
Economia	Rev. econ. contemp.	1
	Rev. Econ. Polit.	1
Total:	2	2

História	Rev. Bras. Hist.	1
	Tempo	1
Total:	2	2
TOTAL:	44	107

Vemos então que apareceram revistas de variadas áreas, mas as mais representativas são Ciências Sociais, Saúde e Psicologia. Educação aparece com 4 textos, apesar de outras revistas terem entre seus artigos alguns que dizem respeito à educação, ou a infância/juventude, e podem nos interessar nesta pesquisa.

O passo seguinte foi procurar os temas dos artigos, e reagrupá-los. Apesar de muitos temas comuns cada área mostrou enfoques diferentes.

Área	Tema (+)	Artigos
Ciências Sociais (sociologia, ciência política, antropologia)	Violência (conjugal, gênero, desigualdades sociais, democracia, representações no cinema)	5
	Justiça criminal (estupro, prostituição, benefícios prisionais, gênero e raça, reforma da legislação)	5
	Justiça penal	4
	Justiça ambiental (racismo ambiental, movimentos ambientalistas)	3
	Justiça distributiva (internacional)	3
	Reforma da justiça (movimentos sociais)	3
	Estudos sobre teoria de justiça	3
	CIC - Centros de integração da Cidadania	2
	Desigualdades sociais (ações afirmativas - raça)	2
	Educação em justiça	1
	Infância e juventude e suas relações com a Justiça (Varas Especiais da Infância e da Juventude)	1
	Interpretação da tolerância como um valor político	1
	Judicialização da política	1
	Justiça do trabalho	1
	Justiça eleitoral - compra de votos	1
	Justiça social	1
	Ministério Público	1
	Padrões de recrutamento - poder judiciário	1
	Promotores de justiça	1
	Reconhecimento e justiça	1
Tráfico de pessoas - Direitos Humanos	1	
Valores jurídicos - elite judiciária	1	
Total:	43	
Saúde (pública, enfermagem, medicina)	Desigualdades sociais (deficiência, gênero, pobreza)	5
	Justiça ambiental (Avaliação de Impactos Ambientais)	4
	Justiça social (políticas de saúde, deficiência, movimento não governamental)	3
	Bioética (UTI neonatal, transplantes)	2
	Justiça distributiva (saúde do homem)	2

Saúde (pública, enfermagem, medicina)	Violência (gênero, doméstica)	2
	Formação de profissionais da saúde	1
	Honorários médicos	1
	Pesquisa em saúde	1
	Políticas de saúde	1
	Total:	22
Psicologia	Justiça distributiva (moralidade, generosidade, normas sociais escolares)	5
	Representações de justiça (injustiça, lei)	3
	Justiça organizacional (retaliação)	2
	Análise de um sistema social: a fila de espera	1
	Infância e juventude e suas relações com a Justiça (adolescência no processo judicial)	1
	Julgamentos de responsabilidade e justiça	1
	Justiça e níveis de análise	1
	Percepções de justiça (professores do ensino superior)	1
	Total:	15
Direito	Justiça transicional na África	3
	Judicialização da política (Colômbia)	1
	Camboja - o Khmer Vermelho	1
	Emenda Constitucional 45	1
	Total:	6
Administração	Percepções de justiça (ensino superior, comprometimento organizacional, retaliação organizacional)	3
	Gerenciamento de reclamações	1
	Total:	4
Educação	Educação moral	1
	Justiça social (cotas raciais nas universidades)	1
	Justiça, democracia, Direitos Humanos e educação	1
	Representações de justiça (injustiça)	1
	Total:	4
Filosofia	Estudos sobre teoria de justiça	3
Relações Internacionais	Análise das relações entre a U. E., América Latina e Caribe	1
	Estudos sobre teoria de justiça	1
	Justiça transicional na África	1
	Total:	3
Serviço Social	Violência (socioeducação, conjugal)	2
	justiça criminal (estupro)	1
	Total:	3
Economia	Desigualdades sociais (justiça racial)	1
	Estudo sobre Riqueza das Nações - Adam Smith	1
	Total:	2
História	Análise do sistema de justiça nas Minas Gerais, Império	1
	Direitos na Primeira República	1
	Total:	2
TOTAL:		107

Nesse quadro os artigos das revistas multidisciplinares foram reagrupados em áreas definidas. Para o levantamento dos temas, foram lidos os resumos dos 107 artigos.

Mais resumidamente, podemos observar os temas predominantes em cada área:

Área	Tema	Artigos
Ciências Sociais (sociologia, ciência política, antropologia)	Violência	5
	Justiça criminal	5
	Justiça penal	4
	Estudos sobre teoria de justiça	3
	Justiça ambiental	3
	Justiça distributiva	3
	Reforma da justiça	3
	CIC - Centros de integração da Cidadania	2
	Desigualdades sociais	2
	Outros	13
Total:	43	
Saúde (pública, enfermagem, medicina)	Desigualdades sociais	5
	Justiça ambiental	4
	Justiça social	3
	Bioética	2
	Justiça distributiva	2
	Violência	2
	Outros	4
Total:	22	
Psicologia	Justiça distributiva	5
	Representações de justiça	3
	Justiça organizacional	2
	Outros	5
Total:	15	
Direito	Justiça transicional na África	3
	Judicialização da política	1
	Camboja - o Khmer Vermelho	1
	Emenda Constitucional 45	1
Total:	6	
Administração	Percepções de justiça	3
	Gerenciamento de reclamações	1
Total:	4	
Educação	Educação moral	1
	Justiça social	1
	Justiça, democracia, Direitos Humanos e educação	1
	Representações de justiça	1
Total:	4	
Filosofia	Estudos sobre teoria de justiça	3
Relações Internacionais	Análise das relações entre a U. E., América Latina e Caribe	1
	Estudos sobre teoria de justiça	1
	Justiça transicional na África	1
Total:	3	
Serviço Social	Violência	2
	justiça criminal	1
Total:	3	

Economia	Desigualdades sociais	1
	Estudo sobre Riqueza das Nações - Adam Smith	1
	Total:	2
História	Análise do sistema de justiça nas Minas Gerais, Império	1
	Direitos na Primeira República	1
	Total:	2
TOTAL:		107

Em Ciências Sociais o debate se concentra na questão da violência e da justiça criminal, na Saúde, nas desigualdades sociais, em Psicologia, na justiça distributiva (com foco na moralidade).

Vemos que muitos temas se repetem entre as áreas. O quadro que segue é somente de artigos por tema, para que possamos analisar quais são as preocupações relacionadas à justiça independentemente das áreas em que estão sendo debatidas.

Tema	Artigos
Justiça distributiva	10
Violência	9
Desigualdades sociais	8
Estudos sobre teoria de justiça	7
Justiça ambiental	7
Justiça criminal	6
Justiça social	5
Justiça penal	4
Justiça transicional na África	4
Percepções de justiça	4
Representações de justiça	4
Reforma da justiça	3
Bioética	2
CIC - Centros de integração da Cidadania	2
Infância e juventude e suas relações com a Justiça	2
Judicialização da política	2
Justiça organizacional	2
Análise das relações entre a U. E., América Latina e Caribe	1
Análise de um sistema social: a fila de espera	1
Análise do sistema de justiça nas Minas Gerais, Império	1
Camboja - o Khmer Vermelho	1
Direitos na Primeira República	1
Educação em justiça	1
Educação moral	1
Emenda Constitucional 45	1
Estudo sobre Riqueza das Nações - Adam Smith	1
Formação de profissionais da saúde	1
Gerenciamento de reclamações	1
Honorários médicos	1

Interpretação da tolerância como um valor político	1
Julgamentos de responsabilidade e justiça	1
Justiça do trabalho	1
Justiça e níveis de análise	1
Justiça eleitoral	1
Justiça, democracia, Direitos Humanos e educação	1
Ministério Público	1
Padrões de recrutamento - poder judiciário	1
Pesquisa em saúde	1
Políticas de saúde	1
Promotores de justiça	1
Reconhecimento e justiça	1
Tráfico de pessoas - Direitos Humanos	1
Valores jurídicos - elite judiciária	1
Total:	107

Os temas que envolvem justiça distributiva, violência, desigualdades sociais, estudos sobre teoria de justiça , justiça ambiental, justiça criminal e justiça social foram os que apresentaram maior número de artigos.

Se reagruparmos todos os artigos relacionados diretamente à justiça (justiça distributiva, ambiental, do trabalho, etc), temos o seguinte quadro:

Tema	Artigos
Justiça (distributiva, ambiental, criminal, social, penal, transicional, organizacional, do trabalho, eleitoral)	40
Violência	9
Desigualdades sociais	8
Estudos sobre teoria de justiça	7
Percepções de justiça	4
Representações de justiça	4
Reforma da justiça	3
Bioética	2
CIC - Centros de integração da Cidadania	2
Infância e juventude e suas relações com a Justiça	2
Judicialização da política	2
Análise das relações entre a U. E., América Latina e Caribe	1
Análise de um sistema social: a fila de espera	1
Análise do sistema de justiça nas Minas Gerais, Império	1
Camboja - o Khmer Vermelho	1
Direitos na Primeira República	1
Educação em justiça	1
Educação moral	1
Emenda Constitucional 45	1
Estudo sobre Riqueza das Nações - Adam Smith	1
Formação de profissionais da saúde	1
Gerenciamento de reclamações	1
Honorários médicos	1
Interpretação da tolerância como um valor político	1

Julgamentos de responsabilidade e justiça	1
Justiça e níveis de análise	1
Justiça, democracia, Direitos Humanos e educação	1
Ministério Público	1
Padrões de recrutamento - poder judiciário	1
Pesquisa em saúde	1
Políticas de saúde	1
Promotores de justiça	1
Reconhecimento e justiça	1
Tráfico de pessoas - Direitos Humanos	1
Valores jurídicos - elite judiciária	1
Total:	107

Ou seja, os artigos que discutem a justiça justa estão em maior número.

Todos estes dados nos dão o esboço da discussão sobre justiça: a produção não é ainda muito extensa, apesar de crescer rapidamente, o que nos indica que o tema tem ganhado importância em áreas diversas. As áreas que mais produziram artigos que tem justiça como assunto foram as Ciências Sociais, onde o debate tem como recortes as várias formas de justiça e a violência; a Saúde, focada nas desigualdades sociais e em algumas formas de justiça, menos relacionadas ao Sistema Judicial; e a Psicologia, focada na justiça distributiva (e o desenvolvimento da moral) e nas representações e percepções de justiça em diferentes contextos.

Podemos notar também que a discussão sobre o tema nas revistas de Educação ainda é pequena. Outros artigos, de outras áreas, também podem ser relacionados a ela, mas de maneira mais indireta. Alguns enfoques parecem ser predominantes quando relacionamos justiça e educação, como a questão das representações de justiça e/ou da moralidade.

A questão da escola justa ou justiça na escola parece ser recente e ainda imatura. A análise de alguns artigos selecionados nos mostrará isso de maneira mais consistente.

ANÁLISE DE ARTIGOS

Dentre os 107 artigos foram selecionados 15 para uma leitura mais aprofundada: Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa (AGUINSKY e CAPITÃO, 2008); Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio (CARBONE e MENIN, 2004); Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial (CIARALLO e ALMEIDA, 2009); Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil (DELL'AGLIO e HUTZ, 2001); Educação, justiça e direitos humanos (ESTÊVÃO, 2006); A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança (LA TAILLE, 2006); Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa (MENIN, 2000); Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude (MIRAGLIA, 2005); Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas (NEVES e LIMA, 2007); Percepções de justiça: estudos de dimensionalização com professores do ensino superior (REGO, 2001); O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares (SALES, 2000); Justiça distributiva e empatia em adolescentes do Nordeste Brasileiro (SAMPAIO et al, 2008); Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade (SAMPAIO et al, 2007); Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras (SHIMIZU e MENIN, 2004) e Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena (VALDIVIESO, 2003).

Como a quantidade e os recortes se mostraram um pouco limitados, outros 7 artigos foram escolhidos, a partir de uma busca por *justiça* em *todos os índices* (realizada também em fevereiro, e que teve 351 resultados), trazendo novos temas e áreas para a discussão: A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos (BOTO, 2005); O que é uma escola justa? (DUBET, 2004); Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional (MAINARDES e MARCONDES, 2009); Justiça social e

formação de professores (MARCONDES, 2008); Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores (MENIN et al. 2008); Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial (MOEHLECKE, 2004) e Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília (WELLER e SILVEIRA, 2008). Todos os artigos foram lidos integralmente.

Destes 22 trabalhos selecionados, 9 são de revistas da área da Psicologia e 9 da Educação. Não foi estabelecido recorte temporal nem regional, porém todos os artigos tem sua publicação entre 2000 e 2009, o que confirma o quão recente é o debate. Quanto à regionalidade, a produção é bem distribuída pelo país, sendo que a única região que não foi abordada nas pesquisas foi a Norte. Outros países apareceram nos trabalhos: Chile, Argentina, Portugal e Estados Unidos.

O primeiro movimento dessa etapa foi agrupar os artigos por temas comuns através dos resumos, buscando recorte e resultados. A categoria que apresentou mais artigos foi estudos em escolas (SAMPAIO et al, 2008; 2007; LA TAILLE, 2006; DELL'AGLIO e HUTZ, 2001; SALES, 2000; CARBONE e MENIN, 2004; SHIMIZU e MENIN, 2004; VALDIVIESO, 2003), em que somente um não era de Psicologia. Outro grupo formado é de artigos que focam de algum modo o Ensino Superior, e aqui aparecem discussões sobre ações afirmativas (NEVES e LIMA, 2007; MENIN et al. 2008; MOEHLECKE, 2004; WELLER e SILVEIRA, 2008) e sobre percepções de justiça dos professores (REGO, 2001; voltado para justiça organizacional); também há alguns artigos de índole teórica ou geral (ESTÊVÃO, 2006; BOTO, 2005; DUBET, 2004; MAINARDES e MARCONDES, 2009; MARCONDES, 2008) e ainda, saindo um pouco do ambiente escolar, as relações e conflitos de adolescentes com a lei (AGUINSKY e CAPITÃO, 2008; MENIN, 2000; CIARALLO e ALMEIDA, 2009; MIRAGLIA, 2005).³²

Nesse agrupamento foi possível notar ainda que alguns autores se repetem entre os artigos, principalmente Menin, que tem participação em quatro da área de Psicologia, com foco em representações sociais. No mesmo recorte está Shimizu (co-autora de dois artigos com Menin); Sampaio, Camino e Roazzi (também co-autores) aparecem com dois artigos que versam sobre a justiça distributiva; e Marcondes participa de duas discussões com o tema da justiça social.

³² O quadro detalhado se encontra no anexo VI.

A partir daí foram estabelecidas categorias de análise para a leitura dos textos, começando pelo básico: tema, recortes, informações gerais, resultados, conclusões, propostas e principais referenciais. Além destas, e mais importantes no direcionamento da leitura, foram as categorias “conceito(s) de justiça” e “o que é uma escola justa?”, onde tentei, através das categorias anteriores, extrair uma idéia/esboço de justiça e sua aplicação na escola.

Marcos teóricos e concepções de justiça

O desenvolvimento moral foi base de muitas dessas pesquisas, as da área da Psicologia, e junto ao tema está o conceito de justiça distributiva e suas fases, trabalhadas pela psicologia cognitivista, tendo como principal referência Jean Piaget (SAMPAIO et al, 2007; 2008; LA TAILLE, 2006; DELL'AGLIO e HUTZ, 2001; SALES, 2000; CARBONE e MENIN, 2004; MENIN, 2000). Em poucas linhas, Piaget fala do desenvolvimento de uma justiça heterônoma, baseada na retribuição (deveres, sanções), passando pelo igualitarismo até a chegada na equidade, onde as necessidades são consideradas, e se chega por fim a uma justiça autônoma na adolescência (direitos). Outros autores, que trabalham com essa teoria e propõem novas, são citados com frequência entre esses artigos, é o caso de M. L. Hoffman, L. Kohlberg, que traz o mérito para a discussão, J. S. Adams com sua teoria unidimensional, a multidimensional de M. Deutsch, que considera a influência da afetividade e das relações interpessoais nos julgamentos e W. Damon que apresenta seis estágios no desenvolvimento da moral.

A Psicologia trouxe outro referencial de análise, que foi a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, a qual considera aspectos além dos cognitivos, os sociais - cultura; profissões; classes sociais e níveis educacionais; adesões políticas e religiosas específicas, etc³³. Alguns outros autores relacionados a esse teoria também se repetiram entre os trabalhos, caso de I. Jakubowska; W. Doise; D. Jodelet e Maleswka, seja com o estudo da Teoria, seja com trabalhos que partem dela. No caso dessas pesquisas, não há um conceito de justiça pré-definido pelos autores, mas sim busca-se a representação dela em algum espaço, por algum

³³ Os artigos que trabalham representações sociais são aqueles que tem a participação de Maria Suzana De Stefano Menin, com exceção do trabalho de Ciarallo e Almeida (2009).

público. Menin, no artigo Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa (2000), busca associar o conceito de justiça com as instituições de justiça. Para isso realiza um estudo com 20 adolescentes notificados a comparecer na Promotoria Pública (Presidente Prudente – SP), por terem cometido infrações. São interessantes para nós algumas partes da pesquisa, como as representações de justiça dos adolescentes, relacionadas (por associação livre) a crime, punição e lei; e as leis que eles colocaram como mais importantes para uma sociedade que está criando um sistema de justiça: as mais citadas foram as que trazem princípios de respeito mútuo, igualdade de direitos e de poder, independência e liberdade e aquelas que proíbem os maus tratos. Também no âmbito do Sistema de Justiça está a pesquisa de Ciarallo e Almeida (2009), porém estas buscavam perceber como o adolescente era retratado nos processos judiciais. Concluem que “elementos da doutrina da situação irregular ainda se fazem presentes nas negociações praticadas no contexto da justiça infanto-juvenil” (p.624), justamente o que pretendia ser mudado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A justiça é tratada pelas autoras nestes artigos enquanto Sistema de Justiça.

No artigo Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras (2004), de Shimizu e Menin, os resultados nos mostram que as associações mais freqüentes de justiça são, para:

Brasileiros - direito e lei; respeito e igualdade; desigualdade e falta; julgamento; certo, necessária.

Argentinos – juiz; lei, igualdade, direitos; verdade, correto e justo; falta e corrupção.

Para as autoras:

A justiça, por sua vez, é representada pelos jovens de ambos os países, sobretudo no sentido institucional, sob a idéia de que o que é justo é o que é legal, e de que a justiça é feita pelos representantes do sistema judiciário (juiz e julgamento). Nesse contexto representacional, a justiça é concebida como um direito que garante o princípio de igualdade na aplicação da lei, e esse sentido tem uma força representacional maior entre os jovens da Argentina, uma vez que, enquanto as palavras *lei*, *direito* e *igualdade* estão bem próximas para o grupo daquele país, entre os brasileiros a proximidade maior ocorre primeiramente entre as palavras *lei* e *direito* e, em seguida, entre os vocábulos *igualdade* e *respeito* - o que carrega a palavra igualdade de um duplo sentido, moral e/ou legal. Observamos, então, que enquanto para os jovens brasileiros o direito está em ter a lei para garantir essa igualdade, seja moral ou legal, para os argentinos está explícito que a justiça deve garantir, por meio da lei, não só o direito à igualdade, como também a igualdade de direitos. (p. 245)

O artigo de Carbone e Menin (2004) trata as representações de injustiça na escola, o que traz boas reflexões para nossa questão. Os dados serão apresentados mais profundamente em breve. O conceito de justiça trabalhado pelas autoras são aqueles da psicologia desenvolvimentista. A representação de injustiça dos alunos variou de acordo com as classes socioeconômicas e provavelmente (segundo as autoras) de acordo com suas vivências pessoais.

Outra pesquisa com base na TRS foi Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores (MENIN et al. 2008), no debate sobre cotas no Ensino Superior. Os conceitos de justiça predominantes neste trabalho foram os de justiça meritocrática, trazida pelos estudantes em suas respostas, e a compensatória, que vem na base do debate sobre as cotas e é defendida pelos autores e por pouquíssimos pesquisados. Essa concepção de justiça mais presente – a meritocrática – explica o porquê da aversão tão grande às cotas, por estudantes universitários. Há um sentimento de injustiça por parte deles, e de desmerecimento para aqueles que se beneficiam das cotas, principalmente as raciais. Todos os artigos que tratam o tema das ações afirmativas no Ensino Superior nos mostram que o “mito da democracia racial” (presente na obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, e desmitificado por Florestan Fernandes) ainda é presente no imaginário brasileiro.

A justiça compensatória, por sua vez, é pensada a partir de uma discriminação positiva, ou seja, o princípio da igualdade é repensado. Não basta a igualdade de oportunidades (base da justiça meritocrática) se existem outras desigualdades que pioram as condições dos menos favorecidos. Essa discussão se baseia na teoria de John Rawls, outro autor que é referência em muitos dos artigos (NEVES e LIMA, 2007; MOEHLECKE, 2004; REGO, 2001; BOTO, 2005; DUBET, 2004).

Outros autores trazem a justiça de maneira menos direta em seus trabalhos, mas os temas que tratam são frequentes no debate sobre justiça, de modo que eles são referência em muitos artigos. É o caso de Pierre Bourdieu, com os conceitos de capitais (são mais citados o social e o cultural), a violência simbólica e o *habitus* de classe (VALDIVIESO, 2003; ESTÊVÃO, 2006; MAINARDES e MARCONDES, 2009; BOTO, 2005; DUBET, 2004; MIRAGLIA, 2005). Também é o caso de Norberto Bobbio, que aparece nas discussões sobre democracia e igualdade (BOTO, 2005; ESTÊVÃO, 2006; MOEHLECKE, 2004); de Nancy Fraser (MAINARDES e MARCONDES, 2009; WELLER e SILVEIRA, 2008; NEVES e LIMA, 2007), que

busca uma síntese na discussão sobre redistribuição (justiça social) e o reconhecimento das diferenças (justiça simbólica); e J. Habermas, na concepção da democracia deliberativa e suas relações com a comunicação e a ética da justiça (VALDIVIESO, 2003; ESTÊVÃO, 2006).

Os artigos que trabalham as relações dos adolescentes com o Sistema de Justiça também usam como referência base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com exceção de Menin.

Quanto a outros conceitos de justiça, há trabalhos que tratam a justiça enquanto Sistema de Justiça e leis (VALDIVIESO, 2003; MOEHLECKE, 2004; ESTÊVÃO, 2006; MIRAGLIA, 2005); outros que trabalham com a justiça social, que “abarca uma concepção ampla de questões de equidade, oportunidade e justiça” (MAINARDES e MARCONDES, 2009, p.307), que é o caso de Dubet (2004), Boto(2005), Moehlecke (2004) e Weller e Silveira (2008), além de Stephen J. Ball em sua entrevista. Há ainda aqueles que tratam a justiça distributiva a partir de outra perspectiva que não a desenvolvimentista (DUBET, 2004; BOTO, 2005; VALDIVIESO, 2003). Dubet se aprofunda na questão da justiça meritocrática, que é o foco de suas críticas.

Outra perspectiva é trabalhada no artigo de Rego (2001), que tem como base a justiça organizacional, e traz os conceitos de justiça distributiva, com foco na distribuição de recompensas/salários e tarefas; justiça procedimental, que foca no processo, ou seja, na justiça dos meios usados para alcançar os fins; e justiça interaccional que trata a qualidade da interação dos empregados com os decisores.

Aguinsky e Capitão (2008) também trazem outro conceito, que é o de Justiça Restaurativa a qual é “definida pelo Conselho Econômico e Social da ONU (2002) como “[...]qualquer processo no qual a vítima e o ofensor e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador” (p. 258) e afirma valores como responsabilização, inclusão, participação e diálogo.

Educação e (in)justiça

Poucos desses artigos trabalham diretamente com as relações entre escola e justiça (a escola justa, o justo na escola), mas parte deles trata, mesmo que brevemente, em complemento a algum outro debate, a educação e a justiça.

Sales, em seu artigo “O conceito de justiça distributiva” relacionado às normas sociais escolares (2000), realiza uma pesquisa com 90 crianças e adolescentes, do período diurno de uma escola estadual, no município de Três Lagoas/MS, em que trata algumas questões sobre normas escolares. Trago alguns resultados que podem nos interessar.

Em uma pergunta sobre quem deve decidir sobre horários, uniforme e provas nas escolas (os alunos, ou os adultos, ou os dois), a integração aluno/adulto nas decisões, quando a resposta foi “os dois”, foi sugerida através do grêmio estudantil, colegiado, conselho de classe, ou ainda o voto. Na questão sobre se é certo ou errado dar notas iguais para os membros de uma equipe sendo que alguns trabalharam mais do que outros, observou-se um número elevado de respostas que diziam ser *errado*. Os resultados da pergunta sobre se é certo ou errado dar a mesma nota para quem entrega trabalho no prazo e para quem entrega depois mostram mais respostas *errado*, assim como a questão que indaga se é certo ou errado um aluno ter que fazer nova prova porque o professor perdeu a sua prova antes mesmo de a ter corrigido. Por fim, na questão que indaga se o personagem (da história base) agiu certo ou errado por só ter feito a metade da tarefa, observou-se que há um número elevado de respostas *errado*. A partir destas situações podemos perceber algumas relações de justiça na escola: as decisões com a participação de toda a escola, a avaliação e o empenho dos alunos.

Em suas conclusões, Sales percebe que a moral heterônoma é ainda muito presente mesmo nas faixas etárias mais altas, e sugere que

A manutenção da heteronomia quanto ao julgamento das normas escolares pode ser explicada pelo fato da escola nem sempre ser uma comunidade justa: as regras escolares nem sempre são construídas entre seus pares; a coação adulta prevalece sobre a criança e, com esta, a relação fundada no respeito unilateral.³⁴

³⁴ O artigo não é disponibilizado no formato PDF, na página da SCiELO, portanto não há a indicação da página.

Carbone e Menin (2004) pesquisaram a injustiça na escola, que traz relações de (in)justiça que podem enriquecer nosso debate. Duas pesquisas foram realizadas em Presidente Prudente (SP), com estudantes de escolas públicas e particulares. Na de 1999, com adolescentes de 8ª série do ensino fundamental e 1ª série do ensino médio, os agentes de injustiça indicados pelas respostas foram *professores* (23%), com acusações e punições por comportamento inadequado, favoritismos por alguns alunos, erro na atribuição de faltas e a avaliação não levando em conta somente aspectos de aprendizagem escolar, usada de maneira punitiva; os *alunos entre si* (18%), ao acusarem uns aos outros por comportamento inadequado (e aqui observam as autoras que “a delação em escolas parece ser uma prática freqüente e, de certa forma, incentivada por professores, o que acaba por resultar em situações freqüentes de injustiça” p. 259); o *governo* (15%), com um ensino de má qualidade e os salários de professores; a *direção da escola* (12,5%) ao cometer uma injustiça retributiva ligada à atribuição de pena a um infrator (aluno); a *polícia* (5,5%), quando chamada para intervir no comportamento de algum aluno; os *alunos com relação aos professores* (4,2%), ao desrespeitarem ou brigarem com eles, e ainda *agentes indeterminados* (21%) também por acusar ou punir injustamente um aluno, e “cigarro e drogas nas escolas”. Vemos que as idéias de injustiça predominantes são a retributiva (penalidade) e a legal (infração).

A segunda pesquisa foi realizada em 2003, com duas classes de 5ª série do ensino fundamental, uma de escola particular e outra de escola pública. Nas respostas à pergunta “Para você, o que é uma injustiça” a injustiça foi apresentada, na maioria das respostas, enquanto legal, relacionada a atos de infração. Na escola particular outras formas de injustiça são levantadas: a retributiva ligada a castigos, a distributiva com relação a desigualdades de tratamento e a social e os problemas da sociedade. Nas escolas públicas além da concepção legal e um número significativo de casos de “Não sei” aparecem também os casos sociais. Em resposta à pergunta “Você já viu acontecer alguma injustiça na sua escola? Sim ou não? Explique”. A maioria das respostas, principalmente na escola pública, é a que diz que os alunos nunca viram ou presenciaram nenhuma injustiça na escola em que estudam. “Violência/desrespeito entre os próprios alunos” aparece numa freqüência semelhante nas duas escolas, assim como “Rigidez na aplicação das normas escolares”. Uma categoria que surgiu apenas na escola particular foi “Tratamento desigual entre salas”. Quando perguntado se foi presenciada alguma injustiça na

sala de aula, a maioria das respostas foi “não”, com mais ênfase na escola pública, novamente. “Rigidez na aplicação das normas escolares” foi uma resposta frequente, que apareceu somente na escola particular.

Ainda são consideradas injustiças, principalmente na escola particular, o professor tratar os alunos de forma desigual, a direção dar razão ao professor mesmo quando ele está errado, reclamações de pais, tirar lanche dos alunos mais novos e, por fim, o professor punir os alunos por mau comportamento.

Analisando algumas situações-problema que foram propostas, em que os alunos desobedeciam normas escolares por necessidades pessoais, os alunos da escola particular consideraram injusto privilegiar uma necessidade pessoal em razão da desobediência de uma norma preestabelecida, o que não aconteceu com os da escola pública. A concordância ocorre somente na questão da punição como meio de restabelecer o equilíbrio pedagógico, em que ambos acreditam que é função da escola, e não da polícia, resolver problemas escolares.

Percebemos que a injustiça aparece em diferentes espaços e com diferentes atores. Podemos inferir que a justiça pode se apresentar nos mesmos espaços e atores: a escola num geral, a partir da sala de aula, e a comunidade escolar como um todo, alunos, professores, direção, pais. Nas respostas dos pesquisados, porém, a escola e a sala de aula aparecem predominantemente como lugares onde não há injustiças. Tendo Moscovici como referência, as autoras lembram que as representações sociais podem naturalizar o que é estranho, porém rotineiro, o que dificulta a problematização da questão.

Por fim, propõem, com base na “comunidade justa” de Kohlberg, uma escola que permita a manifestação do aluno em suas dimensões política, social, afetiva, educacional e que estimule a participação democrática na dinâmica escolar, de modo que o aluno vivencie diferentes papéis e supere a posição de vítima ou agente de injustiça, tornando-se co-autor de normas e regras com as quais concorda em obedecer.

Valdivieso (2003) traz uma discussão diferente, sobre educação cidadã. Começa seu artigo com a história do baixo desenvolvimento da América Latina, seguida da situação da democracia pós ditaduras e as dificuldades que ela (e sua compreensão) encontra. Aponta como essencial para o desenvolvimento numa democracia o investimento no capital social, focando as redes sociais, a confiança, as normas comuns e as ações cooperativas. Destaca, então, a educação cidadã

como um investimento no capital social. O objetivo dessa educação é fazer com que os indivíduos sejam autônomos, busquem informações, saibam analisar dados e discursos e saibam trabalhar em grupo, participar das tarefas do desenvolvimento e do regime democrático.

O autor propõe o construtivismo como conceito pedagógico para a educação cidadã, ou seja, o ensino-aprendizagem tendo a *prática* como meio. Algumas propostas são o jogo de papéis, onde os participantes assumem papéis, com uma planificação previa, que considere as fases necessárias para chegar à ação responsavelmente; ou uma demanda cidadã, prática, relacionada a alguma questão do município, por exemplo. Essa didática pode ser combinada com métodos tradicionais, trabalhando conceitos e categorias de análise. Sugere como principal tema para o desenvolvimento dessa educação (e logo, da democracia) o estudo do Sistema Judiciário, que está se modernizando aceleradamente e é pouco compreendido pelas pessoas num geral. Esse sistema se mostra como um importante espaço de intervenção. É indicado para essa educação com foco no Sistema Judiciário “aclaraciones conceptuales, enfoques metodológicos y didácticos, metodologías y didácticas concretas, estudios de casos y sugerencias fundamentadas concretas de unidades didácticas, procedimientos de evaluación y validación de resultados” (p. 24). Essa educação, porém, não é pensada, neste artigo, no âmbito escolar. É considerada a importância das organizações da sociedade civil na geração de capital social e na promoção da democracia, mostrando-se essencial que elas continuem investindo na educação cidadã e sejam protagonistas nesta tarefa.

A discussão sobre ações afirmativas nos mostra que estas não são bem aceitas, principalmente quando são raciais, por estudantes universitários, que preferem medidas universalistas, pautadas no mérito individual, apesar de as cotas terem uma aprovação crescente na sociedade. Para Weller e Silveira (2008) e Menin et al. (2008), é fundamental a ampliação de debates sobre temas como multiculturalismo, políticas da diferença e políticas de reconhecimento, justiça compensatória, igualdade formal e desigualdade real, e ainda a história do negro no Brasil, para promover formas emancipatórias de relação social. Estes debates podem ser realizados em escolas ou outras instituições educativas.

Em seu artigo, Estêvão (2006) apresenta o desenvolvimento da democracia moderna, a democracia deliberativa de Habermas e a importância da comunicação nas práticas democráticas. Trabalha, então, com a democracia comunicativa, que

atenta para a ética do cuidado, os direitos humanos e a solidariedade para com o Outro. A partir daí, volta-se para a educação enquanto lugar natural de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos, além de ser um desses direitos, cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

A educação é então associada a valores como liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, e ainda, no âmbito da comunicação, ao diálogo, à sinceridade, à inclusão e à igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, a comunicação assim como o conflito tornam-se condições de possibilidade da escola como espaço público, ou seja, como espaço de debate, de convivialidade e de “voz”, de intercâmbio de ideias, de direitos e deveres argumentativos, de adoção colectiva das decisões que ultrapassam os muros domésticos da própria escola, de democracia. (p. 92)

Essa educação não pode ser alheia aos processos de globalização, que podem ser positivos, se vindos de baixo, se a globalização for da consciência humana, da cooperação e solidariedade, valorizadora da diferença e diversidade. Também não pode se propor neutra, deve mostrar-se como uma educação detentora de direitos humanos, onde os atores educativos assumam a dimensão política e cultural da educação, tornando-se “sujeitos de direito”, que reconhecem que seus direitos, como a autonomia individual, dependem diretamente de outros, como a autonomia cidadã.

Carlota Boto (2005) se aprofunda no debate sobre os Direitos Humanos e suas três gerações. A primeira se desenvolve no Iluminismo e tem como movimento mais forte o realizado pelos revolucionários franceses – são os direitos políticos, a liberdade e igualdade civis, junto com a idéia de tolerância religiosa. A segunda ocorre no século XIX e se foca nos direitos sociais, na igualdade de oportunidades. A terceira começa no século XX com a Declaração dos Direitos Humanos, onde se busca não somente justificar os direitos, mas protegê-los. Também aqui as minorias se manifestam, e o reconhecimento, o direito às identidades, à pluralidade cultural e de valores, as diferenças, passam a fazer parte dos novos debates.

A autora faz uma análise mostrando que na educação também é possível identificar três gerações, a começar pela democratização do ensino, que se torna direito público. Apesar do discurso sobre a queda da qualidade do ensino, nas escolas que antes eram de poucos, esta não é entendida como algo mais relevante que a possibilidade de todos terem acesso a ele. Quando esse direito é reconhecido (e

aplicado), passa-se a buscar uma maior qualidade para o ensino, possibilitando o êxito de todos, não somente daqueles que se identificam com o *ethos* e o *habitus* institucional, e o reconhecimento de ideais democráticos internos a vida escolar. E a terceira fase, que parece ser a atual (mas ainda entremeada pelas anteriores), é a de reconhecimento da diferença e diversidade – os debates sobre as cotas são parte desse momento, por exemplo, ou ainda a lei 11.645/08, que torna obrigatória a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas.

Dubet (2004) é o autor que trata a questão da justiça na escola de forma mais direta, trazendo várias perspectivas para o debate, como já citado neste trabalho. A escola justa pode ser puramente meritocrática. Esse princípio parece ser o mais defendido, inclusive nas discussões já apresentadas, por alunos num geral (vemos isso com ênfase no debate sobre ações afirmativas). A ideia é que cada um tem seu sucesso de acordo com seu trabalho e suas qualidades. Não é necessário discutir aqui o quão tendenciosa é essa concepção³⁵, onde

os “vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, a priori, todas as chances para ter sucesso como os outros. A partir daí, esses alunos tendem a perder sua auto-estima, sendo afetados por seu fracasso e, como reação, podem recusar a escola, perder a motivação e tornar-se violentos. (p. 543)

Frente a isso, a escola justa pode usar a discriminação positiva para compensar as desigualdades sociais, protegendo os desfavorecidos, estabelecendo um mínimo de conhecimentos e competências, e reforçando ações centradas no aluno e seu trabalho, como estudos dirigidos, atividades culturais, esportivas, etc. Porém, isso não altera sensivelmente as desigualdades.

Uma das grandes injustiças da escola é a diferença de valores entre os diplomas de diferentes instituições e cursos. A escola justa deve se voltar, então, para a utilidade da formação dos seus alunos. Temos o costume de pensar os efeitos das desigualdades econômicas e sociais no sucesso ou fracasso dos alunos, buscando alguma autonomia da escola com relação à sociedade. Esquecemos porém, de pensar o inverso, as desigualdades geradas na escola e suas relações com as desigualdades sociais. Uma escola justa deve pensar nas esferas sociais, para que

³⁵ “O mérito é outra coisa além da transformação da herança em virtude individual?” (Dubet, 2004, p. 544)

as desigualdades escolares não tenham muitas conseqüências sobre as desigualdades sociais.

Aos diplomas é atribuído um valor que ignora outras habilidades daqueles que os portam. A escola justa deve incentivar o desenvolvimento dos talentos específicos de cada um, além de revalorizar o ensino técnico e profissional, preservando assim a dignidade e a auto-estima dos que não são tão bem-sucedidos como se espera.

Dubet conclui:

Existem diversos critérios, diversos princípios a partir dos quais é possível definir uma escola justa. Um deles parece-me essencial, porque está ao mesmo tempo no cerne de nossa tradição republicana e porque faz parte das estruturas das sociedades democráticas. Trata-se do modelo de escola meritocrática. Esse modelo de competição justa está bem longe de ser plenamente realizado e sem dúvida é preciso trabalhar para aperfeiçoá-lo. Mas é preciso ter consciência dos seus limites e contradições pelo fato de ele anular outras definições de justiça igualmente desejáveis, principalmente quando não nos colocamos do ponto de vista dos alunos menos favorecidos. (p. 553)

Sabrina Moehlecke complementa essa questão ao discutir as ações afirmativas no acesso ao Ensino Superior (2004). Constata que estas beneficiam não somente aqueles que se utilizam delas, mas também as instituições e a comunidade escolar. A questão do mérito é ainda muito presente, então a autora propõe

uma redefinição também inclusiva do que as instituições estão entendendo por mérito, ou seja, que em vez de oporem maior igualdade no acesso à continuidade da qualidade oferecida tomem-na como parte desta. O mérito passaria a significar, então, a capacidade que os estudantes têm de, em condições adversas, superarem as dificuldades encontradas por meio do esforço realizado, mesmo que os resultados ainda não sejam os mesmos que os daqueles estudantes que se encontravam em situações bem mais favoráveis. O mérito concebido com medida justa do empenho de cada um. (p. 774)

Por fim, os artigos que discutem a adolescência e suas relações com o Sistema de Justiça, abordam de modo mais distante a educação. É interessante, porém, ver as formas em que esta aparece. As medidas usadas com os adolescentes infratores são chamadas de “socioeducativas”, sendo estas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção; regime de semiliberdade; internação em “estabelecimentos educacionais” - que, como lembram Aguinsky e Capitão (2008), são habitados por insuficiências físicas, técnicas, escassas ofertas de atividades ocupacionais e profissionalizantes, ou seja, nada tem de pedagógicos. A cultura da justiça para crianças e adolescentes

continua resolvendo a violência (infração) com violência (penal), e as medidas socioeducativas são vazias de sentido. O que se propõe educativo nas Varas Especiais é o discurso de juizes e promotores, que concebe a educação como um “dispositivo de correção de desvios de conduta” (CIARALLO e ALMEIDA, 2009).

A escola aparece em alguns momentos nessas pesquisas, como no estudo de Menin (2000), que apesar de não buscar relações com a instituição, teve ela presente como lugar de injustiças nas definições dadas pelos pesquisados: alunos maiores batendo nos menores, policiais abordando jovens violentamente. Nos casos relatados por Miraglia (2005), a escola e os estudos aparecem como parte de algumas punições: “Juiz – LA [Liberdade Assistida] *com obrigação de estudar, tá bom?*” (p. 88) e ainda “Juiz – *Eu vou dar mais um ano de LA, obrigação de trabalhar numa escola sete horas por semana e obrigação de estudar*” (p.89). A escola e a educação são entendidas, nesse meio, enquanto uma forma de correção, de atenuante da condição de infrator, não enquanto um direito, um lugar para se criticizar e debater as (in)justiças, e se promover a mudança social.

O que é uma escola justa?

A reflexão sobre os conceitos de justiça, debates e resultados desses artigos, trouxe contribuições para a formação de uma concepção de escola justa, na maioria dos casos.

A pesquisa de Sales (2000), apesar de trabalhar com a justiça distributiva relacionada às normas escolares, não explora o que seria uma escola justa. Através de algumas respostas dos pesquisados às questões, porém, podemos extrair algumas idéias: as decisões nas escolas podem ser tomadas coletivamente, através de órgãos já existentes - grêmio estudantil, colegiado, conselho de classe; ou ainda podem ser votadas, em uma assembléia, por exemplo. A boa convivência entre os alunos parece importante para uma escola justa: emprestar o material, cuidar do material do colega, fazer sua parte no trabalho, pensar nas necessidades dos outros. Também é necessário justiça por parte dos professores, que devem analisar o esforço dos alunos e devem ter atenção aos trabalhos entregues.

Ideia semelhante pode ser encontrada no trabalho de Carbone e Menin (2004) onde, pensando no inverso do que é apontado como injusto pelos alunos, uma escola justa

seria aquela em que professores, alunos e administração se respeitam, avaliam as situações de forma justa, no que diz respeito à retribuição, principalmente. É igualmente justa a atenção adequada do governo, com foco na qualidade do ensino e salário dos educadores. O investimento na educação básica pública também aparece como importante para a constituição de uma escola justa nos artigos de Neves e Lima (2007); Weller e Silveira (2008) e Moehlecke (2004).

Por fim, uma escola justa tem seu sistema fechado em si, sem precisar da polícia para a resolução de conflitos. Há também uma defesa das relações democráticas na instituição, pelas autoras, onde os alunos seriam co-autores de normas e regras.

Trabalhando a partir do debate sobre a democracia, Valdivieso (2003) pensa a educação cidadã nas organizações da sociedade civil, mas acredito que a proposta seja aplicável também às escolas. Uma escola justa seria, então, aquela que se propõe a educar seres pensantes, autônomos e críticos (não enquanto um modismo do discurso educacional, mas concretamente), que saibam comparar informações, analisem os fatos, e também sejam ativos e participantes nas questões do bairro/município, e/ou instituições em que estão presentes, estendendo isso para o país e o desenvolvimento deste. A escola, assim como as OSCs, pode discutir o funcionamento de certos (ou todos) órgãos governamentais - e mesmo os não governamentais -, como o Sistema de Justiça, e formar alguns movimentos para a compreensão prática destes.

Estêvão também toma a democracia como base de suas propostas e traz vários aspectos que devem constituir uma escola justa, democrática e que respeita os direitos. As escolas são lugares de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos, onde ocorre a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Deve ser uma organização dialógica, com alguns princípios: da sinceridade; da inclusão ou da participação de todos os afetados no diálogo; da reciprocidade, que tem a ver com a igualdade de oportunidades; e da simetria, em que os interesses têm de ser considerados do mesmo modo e abertos à revisão argumentativa. Deve acontecer um intercâmbio de ideias entre subjetividades, e é importante saber que para existir a autonomia individual é necessária a autonomia cidadã. Por fim, a escola não deve se propor neutra.

O debate sobre as cotas (NEVES e LIMA, 2007; MENIN et al, 2008) nos mostra que as políticas de ação afirmativa não são consideradas uma medida justa para os

estudantes, num geral (apesar de em nenhuma das pesquisas haver uma pergunta que avalie a justiça das PAA), com exceção daqueles que se beneficiam por elas, caso das entrevistadas na pesquisa de Weller e Silveira (2008), que mesmo considerando as cotas como uma forma justa de acesso ao Ensino Superior, não a encaram como a solução para a justiça social, o que também é defendido por Moehlecke (2004). Destacam o investimento na educação básica e o diálogo e debates em torno da justiça social como importantes, o que também é tratado na resenha de Marcondes (2008), em que a formação de professores entra na discussão. Weller e Silveira complementam ressaltando a importância do debate sobre o multiculturalismo, as políticas da diferença e políticas de reconhecimento, nas escolas, inclusive, como forma de emancipação, ponto que também é abordado por Boto (2005) ao sugerir que a terceira geração de direitos na educação deve pensar nas diferentes culturas, etnias, comunidades, classes sociais, enfim, na diversidade, de modo que trabalhe não somente com uma cultura ocidental, conteudista, e um *ethos* e *habitus* excludentes. A primeira e segunda gerações trazem outras formas de justiça na escola: vagas e oportunidades de acesso, a busca pela qualidade e pelo sucesso escolar de todos os seus alunos.

Partindo dos artigos que trabalharam representações de lei, justiça e/ou injustiça (SHIMIZU e MENIN, 2004; MENIN, 2000), percebemos que justiça está associada, de forma geral, a leis, direitos e deveres, e também à igualdade. Será que se a pergunta fosse sobre a justiça na escola, as representações seriam as mesmas? Uma escola justa deve então ter normas/leis claras, e sua sociedade - a escolar - deve trabalhar com direitos e deveres? E, além disso, deve haver igualdade legal e moral? Ao pensar nas leis essenciais para uma sociedade, os participantes da pesquisa Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa (MENIN, 2000) defenderam com mais frequência o respeito mútuo, a igualdade de direitos e de poder, a independência e a liberdade e a proibição de maus tratos. É possível tomar esses mesmos princípios para uma escola justa.

Apesar de o trabalho de Aginsky e Capitão (2008) não tratarem a justiça na escola, podemos pensar na Justiça Restaurativa como alternativa na resolução de conflitos escolares.

Outra concepção de justiça que também é válida, apesar de partir de outra perspectiva, é a justiça organizacional trabalhada por Rego (2001). Supõe-se que os

comportamentos de cidadania docente universitária (CIDOCE) influenciam no desempenho dos estudantes, e provavelmente o sentimento de justiça com relação à instituição fazem os professores incrementarem os CIDOCE. Ou seja, se as percepções das justças (distributiva das recompensas, distributiva das tarefas, procedimental, interpessoal e informacional) forem boas, toda a instituição pode ter melhorias.

Por fim, para Dubet

é preciso aprender a defender outros princípios de justiça e a combiná-los com um modelo meritocrático. É necessário introduzir uma dose de discriminação positiva a fim de assegurar maior igualdade de oportunidades. É preciso também garantir o acesso a bens escolares fundamentais, ou, para afirmar de modo mais incisivo, a um mínimo escolar. A escola justa deve também se preocupar com a utilidade dos diplomas. Ao mesmo tempo, e de maneira oposta, ela deve velar para que as desigualdades escolares não produzam, por sua vez, demasiadas desigualdades sociais. Enfim, um sistema competitivo justo, como o da escola meritocrática da igualdade de oportunidades, deve tratar bem os vencidos na competição, mesmo quando se admite que essa competição é justa. (p. 553)

Considerações finais

Os levantamentos realizados nesta pesquisa buscaram um breve panorama sobre a discussão da justiça no meio acadêmico, principalmente em suas relações com educação e escola.

Uma primeira busca, no Google, trouxe uma perspectiva mais popular do debate, que, como percebemos, tem boas relações com o debate acadêmico, relacionando a escola justa com a meritocracia, a avaliação, a cultura popular, a qualidade do ensino, o certificado e o currículo, a violência, a laicidade, etc. Alguns desses aspectos, como a laicidade, não são trabalhados nos textos selecionados para análise, talvez por ser considerado um tema esgotado pela academia, talvez por não parecer prioridade no debate sobre justiça e educação.

O levantamento quantitativo do termo *justiça* apresentou a presença de muitas áreas do conhecimento, sendo que as Ciências Sociais, a Saúde e a Psicologia foram as que mais apresentaram artigos. Os recortes mais relacionados foram aqueles que tratavam diferentes concepções de justiça (distributiva, ambiental, criminal, social, etc), ou seja, foram aqueles que trabalhavam a justiça de forma direta. Outros traziam a falta de justiça e suas consequências: a violência, as desigualdades sociais. Foram muitos também que trabalharam teorias de justiça, e uma quantidade considerável sobre representações/percepções de justiça.

Através dessa amostra percebemos que o debate sobre justiça ainda não é muito extenso, mas parece crescer rapidamente.

Na leitura mais profunda dos 22 artigos selecionados, notamos a presença de diversos conceitos de justiça e recortes, assim como no levantamento geral. Os mais presentes foram a justiça distributiva relacionada ou não à psicologia cognitivista, a justiça retributiva, a compensatória, a meritocrática, a social, a justiça enquanto Sistema de Justiça, e ainda suas relações com as (des)igualdades.

Percebemos, através destes artigos, que o debate sobre as relações entre escola/educação e justiça/justo é recente e ainda pouco explorado. Uma observação atenta permitiu, porém, que a escola justa fosse concebida a partir da maioria dos debates, mesmo que poucos artigos tenham trabalhado diretamente essas relações.

O que, por fim, é uma escola justa? É aquela escola que se preocupa com o desenvolvimento cognitivo de seus alunos? Aquela que foca nas desigualdades sociais, principalmente de classe, buscando um equilíbrio? Que se preocupa com a

formação de seus professores? Que busca uma educação crítica e cidadã? Que tem espaços de decisões coletivas, normas claras, trabalhadas e aceitas por todos? É aquela que investe na comunicação, nas relações sociais e democráticas? Que busca formas justas de avaliação e retribuição? Que promove e incentiva debates (assim como práticas) sobre diversidade cultural, étnica, social, e também sobre redistribuição e reconhecimento? É uma escola que traz a vivência de valores como a liberdade, a solidariedade, a cooperação, a tolerância?

Ou seria uma escola que pensa todos esses aspectos e outros, buscando combiná-los, dentro do possível, e ainda conciliá-los?

Sabemos que não há, e nem haverá, um modelo ideal de escola justa, num mundo tão diverso, com culturas, classes, sociedades tão diferentes. Porém, alguns princípios parecem válidos para qualquer escola que se proponha justa, como a tolerância, que permite a coexistência de diferentes escolas com diferentes conceitos e combinações de justiça.

Ainda fica uma questão: como manter uma escola justa (e aqui não importa qual é a combinação escolhida) numa sociedade injusta?

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor. *A educação após Auschwitz*. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. p. 119-154. Disponível em: www.fe.ufg.br/neppec/adorno/educacao%20apos%20auschwitz.pdf.

AFONSO, Almerindo Janela. Entrevista. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 2, n. 2, junho de 2007. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecurriculum/artigos_v_2_n_2_jun_2007/entevista_almerindojanela.pdf . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

ANGELUCCI, Carla Biancha; KALMUS Jaqueline; PAPARELLI Renata; PATTO, Maria Helena Souza. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.51-72, São Paulo jan./abr. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.31-50, São Paulo jan./abr. 2004.

BÉRTOLO, Telmo. *Caminhamos em direção a uma escola mais justa?* Blog Partilha do Saber, 15 de setembro de 2008. Disponível em: <http://partilhadosaber.blogspot.com/2008/09/caminhamos-em-direco-uma-escola-mais.html> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a “Comunidade Justa”: promovendo o senso ético e a cidadania na escola. *Psic. Reflex. Crit.*, Vol. 10, n.1, Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://www.uniweb.cl/marcelo.urra/videosip/Biaggio/articles/BiaggioKohlberg.pdf>
Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

BONAL, Xavier. Será justa a liberdade de escolha da escola? *A Página da Educação*, nº181, ano 17, agosto/setembro 2008. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=181&doc=12712&mid=2> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

BOURDIEU, Pierre. Capítulo II: introdução a uma sociologia reflexiva. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Norma Leite. *Avaliação escolar na justa medida*. Site Clic Filhos.

Disponível em:

http://www.clicfilhos.com.br/site/display_materia.jsp?titulo=Avalia%E7%E3o+escolar+na+justa+medida . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

BRANDÃO, Zaia. *Pesquisa em Educação: conversas com pós-graduandos*. Cap. I e II. Rio de Janeiro: Loyola/PUC-RJ, 2002.

CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A. (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. Folha de São Paulo, Domingo, 14 de Março de 1999.

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/comportamento/violenciachau.html>.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.73-89, São Paulo jan./abr. 2004.

Decisão do Tribunal Europeu sobre crucifixos nas escolas é “justa”, diz Moisés Espírito Santo. Agência Lusa, 04 de novembro de 2009. Disponível em:

<http://www.ionline.pt/conteudo/31242-decisao-do-tribunal-europeu-crucifixos-nas-escolas-e-justa-diz-mois-espirito-santo-> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

DUBET, François. “O que é uma escola justa?”. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez.2004.

DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. *Revista Educação*, Santa Maria, v.33, n.3, p.381-394, set./dez. 2008. Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/79/53> .

Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

DUBET, François. “O que é uma escola justa?”. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, n.123, p.539-555, set/dez. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. “Educação, Justiça e Direitos Humanos”. *Educação e Pesquisa*, v.32, n.1, São Paulo, jan/abr. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.139-159, São Paulo jan./abr. 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade*, ano XXIII, n.79, p.257-272. Campinas, Agosto/2002.

FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?”. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*. CEDEC, São Paulo, n.70, 2007, p. 1-14 (disponível em www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf).

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPEd (1998-2003). *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.109-138, São Paulo jan./abr. 2004.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.11-30, São Paulo jan./abr. 2004.

GHANEM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.161-188, São Paulo jan./abr. 2004.

GOOGLE, Informações corporativas: visão geral da tecnologia. Disponível em: <http://www.google.com.br/intl/pt-BR/corporate/tech.html> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

INEP. Artigo catalogado de François Dubet. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?cod=62353&type=P> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

LA TAILLE, Yves de; SOUZA, Lucimara Silva de; VIZIOLI, Letícia. Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. *Educação e Pesquisa* v.30 n.1, p.91-108, São Paulo jan./abr. 2004.

MAFRA, Leila de Alvarenga. A sociologia dos estabelecimentos escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa* v.30 n.2, p.289-300, São Paulo maio/ago. 2004.

MENEZES BASTOS, Rafael José de. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. *Mana*, vol.13, n.2, p.293-316. Rio de Janeiro, out. 2007.

MESA, José Alberto. Tendencias actuales em la educación moral. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niños y Juventud*. Volume 2 – Número 1,

Janeiro-Junho de 2004. Disponível em:

<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/vol2/art1.htm> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

MEURET, Denis. *Comment un système éducatif peut-il devenir plus juste?* La Federation des métiers de l'éducation: UNSA Education, 21 de abril de 2005.

Disponível em: [http://www.unsa-](http://www.unsa-education.org/modules.php?name=News&file=article&sid=250)

[education.org/modules.php?name=News&file=article&sid=250](http://www.unsa-education.org/modules.php?name=News&file=article&sid=250) . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

MILLS, C. Wright. Apêndice: Do artesanato intelectual. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PATTO, Maria Helena Souza. *Produção do Fracasso escolar*: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa dos Psicólogos, 1999.

RANGEL, Hugo. Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões. *Rev. Bras. de Educ.*, v.12, n.34. Rio de Janeiro, jan./abr. 2007.

Resenha do texto "O que é uma escola justa" de François Dubet. Redligare: Red Latinoamericana sobre Inclusión Educativa em Ciudades. Disponível em: <http://www.redligare.org/spip.php?article111> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

SANDE, Paula Morgado. *Noção aberta, dinâmica e justa de "cultura escolar"*. IELT: Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, nov. 2007. Disponível em:

<http://www.ielt.org/pagina/artigos?id=8> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

SILVA, Marco A. A.; ROUSSEAU, Sofia; CARVALHO, Mariana R. S.; PEDROSO, Tatiana; CARVALHO, Malena; DUARTE, Fernanda Kalil; PARENTE, Leonel;

PAULA, Taís de; CÉZAR, Marcos; Daniela. O que é uma escola justa? Trabalho da disciplina da Flávia Schilling. 2007. Disponível em [http://www.cappf.org.br/tiki-](http://www.cappf.org.br/tiki-index.php?page=Di%C3%A1logos%20de%20uma%20Escola%20Justa&pagenum=5)

[index.php?page=Di%C3%A1logos%20de%20uma%20Escola%20Justa&pagenum=5](http://www.cappf.org.br/tiki-index.php?page=Di%C3%A1logos%20de%20uma%20Escola%20Justa&pagenum=5) . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

SOUZA, Adrielle Lopes de. Quando a violência é justa ou justificável (o outro lado da moeda). Brasil Escola, canal vestibular: vestiblogando, 20 de outubro de 2008.

Disponível em: <http://www.vestibular.br/brasil escola.com/vestiblogando/quando-violencia-justa-ou-justificavel-outro-lado-.htm> . Acesso em: 20 de janeiro de 2010.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em sociologia da educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs). *Itinerários de Pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VERMELHO, Sônia Cristina; AREU, Graciela Inês Presas. Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros. *Educação e Sociedade*, vol.26, n.93, p.1413-1434. Campinas, Set./Dez. 2005.

ZANTEN, Agnès van. Comprender y hacerse comprender: como reforzar la legitimidad interna y externa de los estudios cualitativos. *Educação e Pesquisa* v.30 n.2, p.301-313, São Paulo maio/ago. 2004.

Artigos analisados no levantamento quantitativo (na ordem apresentada na busca) :

CHEDIAK, Karla. A pluralidade como idéia reguladora: a noção de justiça a partir da filosofia de Lyotard. *Trans/Form/Ação*, 2001, vol.24, no.1, p.213-224.

SILVEIRA, Denis Coitinho. Teoria da justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo. *Trans/Form/Ação*, 2007, vol.30, no.1, p.169-190.

SINHORETTO, Jacqueline. Reforma da justiça: estudo de caso. *Tempo soc.*, Nov 2007, vol.19, no.2, p.157-177.

ADORNO, Sérgio and PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo soc.*, Nov 2007, vol.19, no.2, p.131-155.

MOREL, Regina Lucia M. and PESSANHA, Elina G. da Fonte A justiça do trabalho. *Tempo soc.*, Nov 2007, vol.19, no.2, p.87-109.

PERALVA, Angelina. Levantes urbanos na França. *Tempo soc.*, Jun 2006, vol.18, no.1, p.81-104.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, 2009, vol.13, no.26, p.101-117.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo and SINHORETTO, Jacqueline Centros de Integração da Cidadania: democratização do sistema de justiça ou o controle da periferia?. *São Paulo Perspec.*, Mar 2004, vol.18, no.1, p.72-76.

TEIXEIRA, Alessandra and BORDINO, Eliana Blumer Trindade Decisões judiciais da Vara das Execuções Criminais: punindo sempre mais. *São Paulo Perspec.*, Mar 2004, vol.18, no.1, p.66-71.

LIMA, Renato Sérgio de. Atributos raciais no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal Paulista. *São Paulo Perspec.*, Mar 2004, vol.18, no.1, p.60-65.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina. *São Paulo Perspec.*, Mar 2004, vol.18, no.1, p.39-48.

POSSE, Thomas. Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre. *Sur, Rev. int. direitos human.*, Jun 2008, vol.5, no.8, p.123-149.

BOSIRE, Lydiah Kemunto. Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana. *Sur, Rev. int. direitos human.*, Dez 2006, vol.3, no.5, p.70-109.

OKOGBULE, Nlerum S. O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: problemas e perspectivas. *Sur, Rev. int. direitos human.*, Dez 2005, vol.2, no.3, p.100-119.

ROSE, Cecily and Ssekandi, Francis M. A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações - o caso de Uganda. *Sur, Rev. int. direitos human.*, 2007, vol.4, no.7, p.100-127.

URS, Tara. Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas. *Sur, Rev. int. direitos human.*, 2007, vol.4, no.7, p.58-99.

YEPES, Rodrigo Uprimny. A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos. *Sur, Rev. int. direitos human.*, 2007, vol.4, no.6, p.52-69.

SCALON, Celi. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. *Sociologias*, Dez 2007, no.18, p.126-149.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Criminalidade e justiça penal na América Latina. *Sociologias*, Jun 2005, no.13, p.212-241.

SINHORETTO, Jacqueline. Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. *Sociologias*, Jun 2005, no.13, p.136-161.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Dez 2002, no.8, p.84-135.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. *Soc. estado.*, Jun 2004, vol.19, no.1, p.151-172.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a «judicialização» dos conflitos conjugais. *Soc. estado.*, Jun 2004, vol.19, no.1, p.85-119.

- COHEN, Claudio and Meirelles, José Ricardo Transplants: bioethics and justice. *Rev. Hosp. Clin.*, 2003, vol.58, no.6, p.293-298.
- PERISSINOTTO, Renato M., Medeiros, Pedro Leonardo and Wowk, Rafael T. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2008, vol.16, no.30, p.151-165.
- SANTOS, André Marengo dos and DA ROS, Luciano Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). *Rev. Sociol. Polit.*, Jun 2008, vol.16, no.30, p.131-149.
- SANTOS, Daniel dos. Por uma outra justiça: Direito Penal, Estado e Sociedade. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2004, no.23, p.115-126.
- VALDIVIESO, Patricio. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2003, no.21, p.13-34.
- LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. Política, constituição e justiça: os desafios para a consolidação das instituições democráticas. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2001, no.17, p.45-52.
- HABERMANN, Mateus and GOUVEIA, Nelson Justiça Ambiental: uma abordagem ecossocial em saúde. *Rev. Saúde Pública*, Dez 2008, vol.42, no.6, p.1105-1111.
- FLEURY, Sonia. Iniquidades nas políticas de saúde: o caso da América Latina. *Rev. Saúde Pública*, Jun 1995, vol.29, no.3, p.243-250.
- SILVA, Ligia M. Vieira da, PAIM, Jairnilson S. and COSTA, Maria da C. N. Desigualdades na mortalidade, espaço e estratos sociais. *Rev. Saúde Pública*, Abr 1999, vol.33, no.2, p.187-197.
- MATTOS, Laura Valladão de. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. *Rev. Econ. Polit.*, 2007, vol.27, no.1, p.108-129.
- KILSZTAJN, Samuel et al. Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil. *Rev. econ. contemp.*, Ago 2005, vol.9, no.2, p.367-384.
- REGO, Arménio. Comprometimento afectivo dos membros organizacionais: o papel das percepções de justiça. *Rev. adm. contemp.*, Ago 2002, vol.6, no.2, p.209-241.
- SANTOS, Cristiane Pizzutti dos and ROSSI, Carlos Alberto Vargas O Impacto do gerenciamento de reclamações na confiança e na lealdade do consumidor. *Rev. adm. contemp.*, Ago 2002, vol.6, no.2, p.49-73.

REGO, Arménio and SOUTO, Solange A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. *Rev. adm. contemp.*, Mar 2004, vol.8, no.1, p.151-177.

MENDONÇA, Helenides and Tamayo, Alvaro Percepção de justiça e reações retaliatórias nas organizações: análise empírica de um modelo atitudinal. *Rev. adm. contemp.*, Jun 2004, vol.8, no.2, p.117-135.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Eqüidade de gênero e saúde das mulheres. *Rev. esc. enferm. USP*, Dez 2005, vol.39, no.4, p.450-459.

PÉREZ, Marta L., RANCICH, Ana M. and GELPI, Ricardo J. Compromiso de retribución justa en los juramentos médicos. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, Set 2004, vol.50, no.3, p.338-343.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de and PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag Utilitarianism, poverty and development of disabled people. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Oct 2007, vol.15, no.spe, p.857-863.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira and FERRIANI, Maria das Graças Carvalho Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis-SP. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Jun 2002, vol.10, no.3, p.334-344.

AGUINSKY, Beatriz and CAPITÃO, Lúcia Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. *Rev. katálysis*, Dez 2008, vol.11, no.2, p.257-264.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. *Rev. katálysis*, Dez 2008, vol.11, no.2, p.225-236.

VARGAS, Joana Domingues. Padrões do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal em Campinas, São Paulo. *Rev. katálysis*, Dez 2008, vol.11, no.2, p.177-186.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.*, Dez 2008, vol.16, no.3, p.887-896.

RIBEIRO, Ludmila. A Emenda Constitucional 45 e a questão do acesso à justiça. *Rev. direito GV*, Dez 2008, vol.4, no.2, p.465-491.

TREIN, Franklin and CAVALCANTI, Flávia Guerra Uma análise crítica do acordo de associação estratégica entre a União Européia e a América Latina e o Caribe: a Cúpula de Viena. *Rev. bras. polít. int.*, Jun 2007, vol.50, no.1, p.66-85.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. *Rev. Bras. Hist.*, Dez 2005, vol.25, no.50, p.167-200.

OLIVEIRA, Silvia Lucia de Castro and LUNARDI FILHO, Wilson Danilo AIDS e Diabetes Mellitus versus justiça distributiva no sistema público de saúde. *Rev. bras. enferm.*, Dez 2004, vol.57, no.6, p.750-753.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre et al. Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. *Rev. bras. educ. med.*, Dez 2007, vol.31, no.3, p.278-286.

NEVES, Paulo S. C. and LIMA, Marcus Eugênio O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Rev. Bras. Educ.*, Abr 2007, vol.12, no.34, p.17-38.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2008, vol.23, no.68, p.97-107.

DEBERT, Guita Grin and GREGORI, Maria Filomena Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2008, vol.23, no.66, p.165-185.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2001, vol.16, no.47, p.97-110.

SILVA, Cátia Aida. Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2001, vol.16, no.45, p.127-144.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo and MENDONÇA, Rosane Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2000, vol.15, no.42, p.123-142.

VARGAS, Joana Domingues. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun 1999, vol.14, no.40, p.63-82

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 1999, vol.14, no.39, p.83-102.

VITA, Álvaro de. Uma concepção liberal-igualitária de justiça distributiva. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 1999, vol.14, no.39, p.41-59.

ELSTER, Jon. A possibilidade da política racional. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 1999, vol.14, no.39, p.13-40.

- REGO, Arménio. Percepções de justiça: estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Ago 2001, vol.17, no.2, p.119-131.
- SAMPAIO, Leonardo Rodrigues et al. Justiça distributiva e empatia em adolescentes do Nordeste Brasileiro. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2008, vol.21, no.2, p.275-282.
- SAMPAIO, Leonardo Rodrigues, CAMINO, Cleonice P. dos Santos and ROAZZI, Antonio Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2007, vol.20, no.2, p.197-204.
- LA TAILLE, Yves de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2006, vol.19, no.1, p.9-17.
- ASSMAR, Eveline Maria Leal, FERREIRA, Maria Cristina and SOUTO, Solange de Oliveira Justiça organizacional: uma revisão crítica da literatura. *Psicol. Reflex. Crit.*, Dez 2005, vol.18, no.3, p.443-453.
- RODRIGUES, Aroldo and ASSMAR, Eveline Maria Leal Influência social, atribuição de causalidade e julgamentos de responsabilidade e justiça. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2003, vol.16, no.1, p.191-201.
- SOUZA, Lídio de et al. Direitos humanos e representação de justiça. *Psicol. Reflex. Crit.*, 1998, vol.11, no.3, p.497-510.
- DELL'AGLIO, Débora Dalbosco and HUTZ, Claudio Simon Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2001, vol.14, no.1, p.97-106.
- ASSMAR, Eveline Maria Leal. A Psicologia Social e o estudo da justiça em diferentes níveis de análise. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.3, p.497-506.
- MENIN, Maria Suzana De Stefano. Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.1, p.59-71.
- SALES, Eliana da Mota Bordin de. O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.1, p.49-58.
- MENDONÇA, Helenides and MENDES, Ana Magnólia Experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública do Estado de Goiás. *Psicol. estud.*, Dez 2005, vol.10, no.3, p.489-498.
- SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis*, Set 2008, vol.18, no.3, p.501-519.

- CARRARA, Sérgio and VIANNA, Adriana R. B. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, 2006, vol.16, no.2, p.233-249.
- SADEK, Maria Tereza Aina. Poder Judiciário: perspectivas de reforma. *Opin. Pública*, Maio 2004, vol.10, no.1, p.01-62.
- SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. *Opin. Pública*, Maio 2003, vol.9, no.1, p.148-169.
- VITA, Álvaro de. Sociedade democrática e tolerância liberal. *Novos estud. - CEBRAP*, 2009, no.84, p.61-81.
- MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos estud. - CEBRAP*, Jul 2005, no.72, p.79-98.
- FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, 2009, no.77, p.11-39.
- REGO, Walquiria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. *Lua Nova*, 2008, no.73, p.147-185.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre dois livros de MacIntyre. *Lua Nova*, Abr 2005, no.64, p.117-128.
- MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*, 2004, no.63, p.143-160.
- MEDEIROS, Marcelo de A. Prerrogativas estatais, integração regional e lógica distributiva. *Lua Nova*, 2003, no.58, p.141-168.
- ARAÚJO, Cícero. Legitimidade, justiça e democracia: o novo contratualismo de Rawls. *Lua Nova*, 2002, no.57, p.73-85.
- PARRAZ, Ivonil. O disfarce da força. *Kriterion*, Dez 2006, vol.47, no.114, p.259-271.
- PELLOW, David N. Social inequalities and environmental conflict. *Horiz. antropol.*, June 2006, vol.12, no.25, p.15-29.
- CIARALLO, Cynthia Rejanne Correa Araujo and ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal, Rev. Psicol.*, Dez 2009, vol.21, no.3, p.613-630.
- IGLESIAS, Fabio and GÜNTHER, Hartmut. Normas, justiça, atribuição e poder: uma revisão e agenda de pesquisa sobre filas de espera. *Estud. psicol. (Natal)*, Abr 2007, vol.12, no.1, p.3-11.
- SHIMIZU, Alessandra de Moraes and MENIN, Maria Suzana De Stefano. Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens

argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras. *Estud. psicol. (Natal)*, Ago 2004, vol.9, no.2, p.239-247.

RAMOS, Paulo Roberto. A imagem, o som e a fúria: a representação da violência no documentário brasileiro. *Estud. av.*, Dez 2007, vol.21, no.61, p.221-239.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Educação, justiça e direitos humanos. *Educ. Pesqui.*, Abr 2006, vol.32, no.1, p.85-101.

CARBONE, Renata Aparecida and MENIN, Maria Suzana De Stéfano Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. *Educ. Pesqui.*, Ago 2004, vol.30, no.2, p.251-270.

GOERGEN, Pedro. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. *Educ. Soc.*, Out 2007, vol.28, no.100, p.737-762.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. O debate entre comunitaristas e cosmopolitas e as teorias de Relações Internacionais: Rawls como uma via média. *Contexto int.*, 2008, vol.30, no.3, p.571-614.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. *Contexto int.*, Dez 2007, vol.29, no.2, p.393-421.

PORTO, Marcelo Firpo and MILANEZ, Bruno Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciênc. saúde coletiva*, Dez 2009, vol.14, no.6, p.1983-1994.

BHATIA, Rajiv and WERNHAM, Aaron Integrating human health into environmental impact assessment: an unrealized opportunity for environmental health and justice. *Ciênc. saúde coletiva*, Aug 2009, vol.14, no.4, p.1159-1175.

RIBEIRO, Carlos Dimas Martins and REGO, Sergio Bioética clínica: contribuições para a tomada de decisões em unidades de terapia intensiva neonatais. *Ciênc. saúde coletiva*, Dez 2008, vol.13, suppl.2, p.2239-2246.

MOREI, Carlos M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. *Ciênc. saúde coletiva*, Jun 2004, vol.9, no.2, p.261-270.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo and SCHRAMM, Fermin Roland A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciênc. saúde coletiva*, Mar 2005, vol.10, no.1, p.129-142.

BRAZ, Marlene. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva. *Ciênc. saúde coletiva*, Mar 2005, vol.10, no.1, p.97-104.

PORTO, Marcelo Firpo. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. *Ciênc. saúde coletiva*, Dez 2005, vol.10, no.4, p.829-839.

SENNA, Mônica de Castro Maia. Eqüidade e política de saúde: algumas reflexões sobre o Programa Saúde da Família. *Cad. Saúde Pública*, 2002, vol.18, p.S203-S211.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *Cad. Saúde Pública*, 2002, vol.18, p.S121-S137.

OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de. Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos. *Cad. Pagu*, Dez 2008, no.31, p.125-149.

BURNS, Thomas J. and LEMOYNE, Terri Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político. *Ambient. soc.*, Dez 2007, vol.10, no.2, p.61-82.

Os 22 artigos lidos integralmente

AGUINSKY, Beatriz and CAPITÃO, Lúcia. Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. *Rev. katálysis*, Dez 2008, vol.11, no.2, p.257-264.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. *Educ. Soc.*, Out 2005, vol.26, no.92, p.777-798.

CARBONE, Renata Aparecida and MENIN, Maria Suzana De Stéfano. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. *Educ. Pesqui.*, Ago 2004, vol.30, no.2, p.251-270.

CIARALLO, Cynthia Rejanne Correa Araujo and ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal, Rev. Psicol.*, Dez 2009, vol.21, no.3, p.613-630.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco and HUTZ, Claudio Simon. Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2001, vol.14, no.1, p.97-106.

DUBET, François. O que é uma escola justa?. *Cad. Pesqui.*, Dez 2004, vol.34, no.123, p.539-555.

- ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Educação, justiça e direitos humanos. *Educ. Pesqui.*, Abr 2006, vol.32, no.1, p.85-101.
- LA TAILLE, Yves de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2006, vol.19, no.1, p.9-17.
- MAINARDES, Jefferson and MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educ. Soc.*, Abr 2009, vol.30, no.106, p.303-318.
- MARCONDES, Maria Inês. Justiça social e formação de professores. *Educ. Soc.*, Dez 2008, vol.29, no.105, p.1250-1254.
- MENIN, Maria Suzana De Stefano. Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.1, p.59-71.
- MENIN, Maria Suzana De Stefano et al. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. *Educ. Pesqui.*, Ago 2008, vol.34, no.2, p.255-272.
- MIRAGLIA, Paula. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos estud. - CEBRAP*, Jul 2005, no.72, p.79-98.
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educ. Soc.*, Out 2004, vol.25, no.88, p.757-776.
- NEVES, Paulo S. C. and LIMA, Marcus Eugênio O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *Rev. Bras. Educ.*, Abr 2007, vol.12, no.34, p.17-38.
- REGO, Arménio. Percepções de justiça: estudos de dimensionalização com professores do ensino superior. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Ago 2001, vol.17, no.2, p.119-131.
- SALES, Eliana da Mota Bordin de. O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2000, vol.13, no.1, p.49-58.
- SAMPAIO, Leonardo Rodrigues et al. Justiça distributiva e empatia em adolescentes do Nordeste Brasileiro. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2008, vol.21, no.2, p.275-282.
- SAMPAIO, Leonardo Rodrigues, CAMINO, Cleonice P. dos Santos and ROAZZI, Antonio. Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2007, vol.20, no.2, p.197-204.

SHIMIZU, Alessandra de Moraes and MENIN, Maria Suzana De Stefano. Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras. *Estud. psicol. (Natal)*, Ago 2004, vol.9, no.2, p.239-247.

VALDIVIESO, Patricio. Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov 2003, no.21, p.13-34.

WELLER, Wivian and SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. *Rev. Estud. Fem.*, Dez 2008, vol.16, no.3, p.931-947.

Anexos

I - Quadro de “Estados da Arte”

Artigo	Estudos Quantitativos em Educação GATTI, Bernardete A.	Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão BARRETO, Elba Siqueira de Sá SOUSA, Sandra Zákia
Revista	Educação e Pesquisa	Educação e Pesquisa
Ano de Publicação	2004	2004
Área do Conhecimento	Sociologia da educação (?)	Política, Organização, Administração, Coordenação (escolar) (?)
Tema	Levantamento dos <i>estudos quantitativos em educação</i>	Revisão de estudos publicados sobre <i>ciclos e progressão escolar no Brasil</i>
Periodização	1970-2004	1980-2002
Fontes	<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> (INEP/MEC); <i>Cadernos de Pesquisa</i> (Fundação Carlos Chagas); <i>Educação e Realidade</i> (UFRS); <i>Educação e Sociedade</i> (Cedes/Unicamp); <i>Revista Brasileira de Educação</i> (ANPEd); <i>Estudos em Avaliação Educacional</i> (Fundação Carlos Chagas); <i>Ensaio</i> (Fundação Cesgranrio)	“Tomando por base recente levantamento das publicações acadêmicas sobre o tema, realizado por grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da USP (Sousa et al. 2003), e trabalhos mais recentes” (grifo meu) p.33
Palavras-Chave	Foi um levantamento exaustivo em todos os números de todos esses periódicos (não cita palavras-chave)	Não cita
Amplitude Regional	Nacional	Nacional
Recorte Temático	Não há (são pesquisas que usam o método quantitativo, há 10 sub-conjuntos temáticos)	Resgate histórico de 1980 a 2002 sobre o tema “ciclos”; ênfase na experiência de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	(os sub-conjuntos?) Analfabetismo; percurso escolar e fracasso escolar; fluxo escolar/análise de coortes; letramento; políticas e educação básica; financiamento da educação/municipalização; fatores sociais e educação; jovens e educação; avaliação educacional; temas variados	Resgate histórico das experiências sob o regime de ciclo no país; abrangência e configuração no território nacional; ensaios e pesquisas: algumas evidências; experiências em municípios de capitais; a experiência de São Paulo; a experiência de Belo Horizonte; a experiência de Porto Alegre.
Método de Análise do Material	Predominantemente descritivo Destaca algum ou alguns autores e seus respectivos textos, os mais representativos em cada categoria, e faz uma breve descrição.	Expositivo / crítico E apresentação de alguns autores, também.

Artigo	O Estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório ANGELUCCI, Carla Biancha et al.
Revista	Educação e Pesquisa
Ano de Publicação	2004
Área do Conhecimento	Sociologia/Psicologia da educação
Tema	Estado da Arte da pesquisa sobre <i>o fracasso escolar</i> na Universidade de São Paulo
Periodização	1991-2002
Fontes	<i>Teses e dissertações</i> defendidas, durante o período, na Faculdade de Educação e no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (incluídas no <i>Dedalus</i> até julho de 2003)
Palavras-Chave	“Escola e/ou educ? e/ou aprend? associadas às palavras com asterisco (*); alfabetização; analfabet?; aprend?; avaliação (*); carência cultural; cognição; construtivismo (*); cultura escolar; deficiência; déficit (*); dificuldade(s)(*); distúrbio(s) associado a aprend? ou comportamento; ensino de primeiro grau; escrita; etnografia(*); evasão, exclusão (*); formação docente/professores; fracasso escolar; inclusão; indisciplina; instituição (*); leitura; pobreza (*); política educacional; processos cognitivos; psicanálise (*); psicodiagnóstico (*); psicopedagogia; reforma (*); relação professor-aluno; relações escolares; rendimento escolar; repetência; reprovação; sucesso escola?; transtorno(s) associado a comportamento ou aprend?; violência (*).” p. 58
Amplitude Regional	Pesquisas realizadas em São Paulo (na USP)
Recorte Temático	Fracasso escolar na rede pública de ensino fundamental
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Categorias encontradas: Distúrbios de desenvolvimento e problemas de aprendizagem; psicodiagnóstico de alunos com problemas de aprendizagem; compreensão dos problemas de aprendizagem a partir da teoria psicanalítica; prevenção do fracasso escolar; remediação do fracasso escolar; papel do professor na eliminação do fracasso escolar; crítica à psicologização do fracasso escolar; fracasso escolar e trabalho dos profissionais da escola; fracasso escolar e políticas educacionais; fracasso escolar e cotidiano escolar (p.59) Categorias de acordo com a concepção de fracasso escolar: Problema psíquico: a culpabilização das crianças e de seus pais; problema técnico: a culpabilização do professor; questão institucional: a lógica excludente da educação escolar; questão política: cultura escolar, cultura popular e relações de poder.
Método de Análise do Material	Quantificação; categorização; exposição / crítica Busca por expressões-chave, leitura dos títulos e resumos, seleção das obras que tinham “fracasso escolar” como objeto de estudos. Categorização (quadros). Questões: “como o tema é abordado? Qual a concepção teórica e metodológica subjacente? Há coerência entre teoria e método? Quais as concepções de escola e de fracasso escolar que fundamentam o trabalho? Quais as relações com o conhecimento já produzido? Que novos aspectos são anunciados?” p.51 Exposição/crítica das concepções de fracasso escolar. Inserção da produção atual numa perspectiva histórica

Artigo	Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas DAMASCENO, Maria Nobre BESERRA, Bernadete	Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003 LA TAILLE, Yves de et al.
Revista	Educação e Pesquisa	Educação e Pesquisa
Ano de Publicação	2004	2004
Área do Conhecimento	?	Filosofia da educação (?)
Tema	Estado da Arte dos estudos sobre <i>educação rural no Brasil</i>	Estado da arte da literatura educacional sobre <i>ética e educação</i>
Periodização	Décadas de 1980 e 1990	1990-2003
Fontes	Produção discente (mestrado e doutorado) do <i>banco de resumos de dissertações e teses da ANPEd</i> (1981-1998); Periódicos acadêmicos nacionais e regionais*; Principais livros enfocando a temática da Educação Rural*. *Durante o corpo do artigo analisam as 102 dissertações e teses. Ficou a dúvida quanto às revistas e livros. Como os 53 artigos levantados são do período de 1990-2002, entendo que a discussão foi em torno dos trabalhos do banco de dados da ANPEd, somente.	Teses e dissertações nas bases de dados: <i>Dedalus; Capes; Unicamp; Unesp; UFSCAR; PUC-SP; PUC-RS; Mackenzie; UFRGS; UFPB; IBICT-BDTD; ERL-Biológicas; ERL-Humanas</i> . (sem resumo não foram incluídas) Artigos: busca em muitas bases (p.94). As revistas selecionadas foram: <i>Cadernos de Pesquisa; Doxa – Revista Paulista de Psicologia e Educação; Educação e Pesquisa; Revista da Faculdade de Educação; Revista Brasileira de Educação; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> .
Palavras-Chave	(descritores para o banco de dados da ANPEd): educação rural, meio rural, zona rural, assentamentos rurais, assentados rurais, movimento dos sem-terra, movimentos sociais, campo, trabalhadores rurais.	Educação, ética e moral. Cruzando com: disciplina, indisciplina, autoridade, limites e violência.
Amplitude Regional	Nacional	Nacional
Recorte Temático	Não há (só há o recorte periódico, mesmo)	Dado pelas palavras-chave
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Observação de: Temáticas privilegiadas, organização regional da produção, tendências atuais e temáticas pouco exploradas. (p.75) Sub-temas encontrados: Ensino Fundamental (escola rural); professores rurais; políticas para a educação rural; currículos e saberes; educação popular e movimentos sociais no campo; educação e trabalho rural; extensão rural; relações de gênero; outros. (p.79)	Quantidade da produção; definições de ética e moral empregadas; referenciais teóricos adotados e presença de pesquisa empírica; adoção, ou não, de postura crítica em relação à sociedade e à escola; presença de propostas pedagógicas de formação ética dos alunos; referências, ou não, ao documento Ética dos PCNs. (p.91 e p.93)
Método de Análise do Material	Quantitativo; estatístico; expositivo / crítico Uso de quadros para estatísticas. Leitura somente dos resumos? (não especificam). Síntese geral, apresentando os pontos comuns dentre os sub-temas, os trabalhos são citados no fim de cada ponto. Quadros de distribuição dos estudos por região e por IES e análise dos resultados.	Quantitativo; estatístico; expositivo / crítico Busca por palavras-chave, leitura de resumos para dados quantitativos. Leitura na íntegra apenas dos artigos selecionados. Exposição/crítica destes seguindo as categorias de análise, citando os trabalhos pertencentes à certos pontos levantados.

Artigo	O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPEd (1998-2003) FREITAS, Maria Teresa de Assunção	A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al
Revista	Educação e Pesquisa	Educação e Pesquisa
Ano de Publicação	2004	2004
Área do Conhecimento	Psicologia da Educação	História da Educação
Tema	Análise dos trabalhos fundamentados no <i>pensamento de Vygotsky</i> na ANPEd	Síntese de investigações que pretende apreender como a <i>cultura escolar</i> vem sendo apropriada pela área da História da Educação brasileira
Periodização	1998-2003 (21ª até a 26ª reunião anual)	Não há recorte periódico
Fontes	Resumos e textos completos dos pôsteres, trabalhos apresentados e trabalhos encomendados <i>no site e CD-ROMs da ANPEd</i> .	Não é citado
Palavras-Chave	Não cita (leitura de todos os resumos de trabalhos e pôsteres?)	Não há
Amplitude Regional	Nacional	Nacional?
Recorte Temático	Não há (periódico)	Dado pelas definições de cultura escolar apresentadas?
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Ficha de leitura para os textos: comentário geral destes; conceitos vygotkianos presentes; análise da apropriação do autor referente a esses conceitos; informação de autores vygotkianos usados com base nas referências bibliográficas. (p.113) Não só autores vygotkianos como os livros do próprio Vygotsky.	Agrupamento das pesquisas em: Saberes, conhecimentos e currículos; espaços, tempos e instituições escolares; materialidade escolar e métodos de ensino.
Método de Análise do Material	Quantitativo; estatístico; descritivo; crítico Escolha de dez GTs para análise. Leitura de resumos de trabalhos e pôsteres. Seleção dos que demonstravam ter como fundamentação a teoria de Vygotsky e leitura destes. Busca dos livros de Vygotsky nas referências. Estatística por reunião, por modelo de trabalho (pôster, encomendado, apresentado), por GT e cruzando. Estatística dos conceitos usados e de categorias de apropriação. Durante a apresentação, comentários e citações. Quadros detalhados em anexo.	Descritivo Apresentação das definições de <i>cultura escolar</i> de Dominique Julia, André Chervel, Jean-Claude Forquin e António Viñao Frago. Apresentação dos campos e vertentes desses campos que surgem a partir disso, assim como de autores que se enquadram em cada vertente. Conclusão que aponta fraquezas e desafios.

Artigo	Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003 GHANEM, Elie	Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. MENEZES BASTOS, Rafael José de
Revista	Educação e Pesquisa	Mana
Ano de Publicação	2004	2007
Área do Conhecimento	Política, Organização, Coordenação (escolar) (?)	Etnomusicologia
Tema	Estado da arte dos trabalhos sobre <i>educação e participação no Brasil</i>	Estado da arte sobre a música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul.
Periodização	1995-2003	“últimos trinta anos” (ou seja, 1977 a 2007) (?)
Fontes	<i>Sibi</i> (Sistema Integrado de Bibliotecas da USP)	Não cita
Palavras-Chave	Educação, participação, pais, família, grêmio estudantil, conselho, gestão, escola.	Não cita
Amplitude Regional	Trabalhos de universidades da região Sudeste.	Internacional (sobre países da América Latina)
Recorte Temático	Regional (?)	?
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Participação na unidade escolar: Participação de docentes; participação da comunidade; mecanismos formais de participação; participação de pais de alunos; participação de alunos Gestão democrática em programas de reforma educativa: Orientação à unidade escolar; participação de docentes; participação da comunidade; mecanismos formais de participação	Papel da música na cadeia intersemiótica do ritual apontando para o sentido geral de tradução; sequencialidade (dos rituais/músicas); estrutura núcleo-periferia (dos rituais/músicas); variação como processo básico de composição musical. (p.305, e mais especificamente no corpo de texto)
Método de Análise do Material	Quantitativo; descritivo Os sessenta títulos encontrados foram lidos integralmente. Descrição das obras, seguindo as categorias de análise, citando cada uma. Breves <i>links</i> entre uma e outra. (catálogo) Conclusão com pontos que ainda não foram abordados ou que deviam ser mais aprofundados.	Descritivo Não aponta fontes nem palavras-chave nem como o levantamento foi feito... Desenvolve as quatro categorias durante o texto citando experiências e trabalhos de outros autores (ratificando sua teoria)

Artigo	Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros VERMELHO, Sônia Cristina AREU, Graciela Inês Presas
Revista	Educação e Sociedade
Ano de Publicação	2005
Área do Conhecimento	Educação e Comunicação (?)
Tema	Estado da arte de trabalhos sobre educação e comunicação
Periodização	1982-2002
Fontes	<i>IBICT, USP, CAPES, FCC e PUC-SP</i> : para busca de periódicos. Periódicos selecionados: <i>Alceu; Caderno CEDES; Cadernos de Educação – Cuiabá; Cadernos de Educação – Pelotas; Cadernos de Educação – PUCMINAS; Cadernos de Educação – UEMG; Cadernos de Pesquisa – FCC; Cadernos INTERCOM; Coletânea do Programa da UFRGS; Comunicação e Artes; Comunicação e Educação; Comunicação e Mídia; Comunicação e Sociedade; Comunicarte; Contexto e Educação; Educação – UFAL; Educação a Distância; Educação e Linguagem; Educação e Pesquisa; Educação e Realidade; Educação e Sociedade; Educação e Debate; Educação em Revista; Educação: Teoria e Prática; Educação UNISINOS; Educar em Revista; Em Aberto; FAMECOS; Idade Mídia; Imagens; Intermeio – Revista do Mestrado em Educação; LEOPOLDIANUM; Linhas Críticas; Lugar Comum; O Quero-Quero; Ordem/Desordem; Revista Arte Comunicação; Revista Brasileira de Educação; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP; Revista Brasileira de Informática na Educação; Revista de Comunicação Social; Revista de Cultura Vozes; Revista de Estudos da Comunicação; Revista Diálogo Educacional; Revista do PPGED – UFSE; Revista do PPGED – UFSM; Revista Fronteiras; Revista Ícone; Revista INTERCOM; Revista Nexos; Tecnologia Educacional; Temas em Educação; Textos de Cultura e Comunicação; Tópicos Educacionais; Verso e Reverso; Videre Futura.</i>
Palavras-Chave	-Para a busca de periódicos: Educação, Tecnologia Educacional, Tecnologia, Mídia, Meios de Comunicação, Publicidade, Comunicação. E cruzamentos. - Descritores para seleção de artigos (por título): Periódicos de comunicação: educação, escola, ensino-aprendizagem, docência; formação (escolar); mídia/meios de comunicação na escola; mídia/meios de comunicação na educação; disciplina (escolar) X mídia/meios de comunicação. Periódicos de educação: mídia educacional, meios de comunicação na educação, educador, escola e mídias, tecnologia educacional, uso de rádio/TV/ Informática/ Vídeo/ Cinema/ Filme/ Impresso/ Jornal na educação, formação docente X mídias/meios de comunicação, influência dos meios na educação/formação/aprendizagem.
Amplitude Regional	Nacional (periódicos das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste)
Recorte Temático	Comunicação entendida por Mídias (não por diálogo, por exemplo)
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Tema principal; categorias analisadas; tipo de documento analisado; estrutura da produção; sujeito investigado; mídia abordada; especificidade da mídia investigada; objeto investigado; tipo de pesquisa; técnica de pesquisa utilizada; tipo de educação; modalidade de ensino; bibliografia mais citada; teorias de suporte à pesquisa; indicadores para práticas pedagógicas; indicadores para práticas comunicacionais; outros pontos que possam surgir. (págs. 1420 e 1421).
Método de Análise do Material	Quantitativo; estatístico; descritivo (com algumas proposições) Busca de títulos de periódicos em sites. Segunda filtragem por título, temática abordada e instituição ou programa de pós-graduação. Leitura de todos os sumários disponíveis de todas as revistas do período definido. Seleção de artigos por título. Definição de categorias de análise. Todos os artigos lidos na íntegra. Análise dos dados quantitativos.

Artigo	Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões RANGEL, Hugo
Revista	Revista Brasileira de Educação
Ano de Publicação	2007
Área do Conhecimento	Sociologia da Educação (?)
Tema	Estado da educação prisional na Europa
Periodização	Não cita
Fontes	Questionário distribuído a autoridades penitenciárias, ONGs e outros; documentos oficiais dos países estudados.
Palavras-Chave	Não cita (não usa)
Amplitude Regional	Internacional (países europeus)
Recorte Temático	?
Categorias Utilizadas Para Análise do Material	Contexto legal, institucional e social; educação e administração penitenciária; populações específicas; dimensões da educação.
Método de Análise do Material	Expositivo

II – Quadro de revistas na ordem que apareceram na busca

	Revista	Artigos
1	<i>Trans/Form/Ação</i>	2
2	<i>Tempo soc.</i>	4
3	<i>Tempo</i>	1
4	<i>São Paulo Perspec.</i>	4
5	<i>Sur, Rev. int. direitos human.</i>	6
6	<i>Sociologias</i>	4
7	<i>Soc. estado.</i>	2
8	<i>Rev. Hosp. Clín.</i>	1
9	<i>Rev. Sociol. Polit.</i>	5
10	<i>Rev. Saúde Pública</i>	3
11	<i>Rev. Econ. Polit.</i>	1
12	<i>Rev. econ. contemp.</i>	1
13	<i>Rev. adm. contemp.</i>	4
14	<i>Rev. esc. enferm.</i>	1
15	<i>Rev. Assoc. Med. Bras.</i>	1
16	<i>Rev. Latino-Am. Enfermagem</i>	2
17	<i>Rev. katálysis</i>	3
18	<i>Rev. Estud. Fem.</i>	1
19	<i>Rev. direito GV</i>	1
20	<i>Rev. bras. polít. int.</i>	1
21	<i>Rev. Bras. Hist.</i>	1
22	<i>Rev. bras. enferm.</i>	1
23	<i>Rev. bras. educ. med.</i>	1
24	<i>Rev. Bras. Educ.</i>	1
25	<i>Rev. bras. Ci. Soc.</i>	9
26	<i>Psic.: Teor. e Pesq.</i>	1
27	<i>Psicol. Reflex. Crit.</i>	10
28	<i>Psicol. estud.</i>	1
29	<i>Physis</i>	2
30	<i>Opin. Publica</i>	2
31	<i>Novos estud. - CEBRAP</i>	2
32	<i>Lua Nova</i>	6
33	<i>Kriterion</i>	1
34	<i>Horiz. antropol.</i>	1
35	<i>Fractal, Rev. Psicol.</i>	1
36	<i>Estud. psicol. (Natal)</i>	2
37	<i>Estud. av.</i>	1
38	<i>Educ. Pesqui.</i>	2
39	<i>Educ. Soc.</i>	1
40	<i>Contexto int.</i>	2
41	<i>Ciênc. saúde coletiva</i>	7
42	<i>Cad. Saúde Pública</i>	2
43	<i>Cad. Pagu</i>	1
44	<i>Ambient. soc.</i>	1
	Total:	107

III – Quadro de revistas em ordem alfabética

	Revista	Artigos
1	<i>Ambient. soc.</i>	1
2	<i>Cad. Pagu</i>	1
3	<i>Cad. Saúde Pública</i>	2
4	<i>Ciênc. saúde coletiva</i>	7
5	<i>Contexto int.</i>	2
6	<i>Educ. Pesqui.</i>	2
7	<i>Educ. Soc.</i>	1
8	<i>Estud. av.</i>	1
9	<i>Estud. psicol. (Natal)</i>	2
10	<i>Fractal, Rev. Psicol.</i>	1
11	<i>Horiz. antropol.</i>	1
12	<i>Kriterion</i>	1
13	<i>Lua Nova</i>	6
14	<i>Novos estud. - CEBRAP</i>	2
15	<i>Opin. Publica</i>	2
16	<i>Physis</i>	2
17	<i>Psic.: Teor. e Pesq.</i>	1
18	<i>Psicol. estud.</i>	1
19	<i>Psicol. Reflex. Crit.</i>	10
20	<i>Rev. adm. contemp.</i>	4
21	<i>Rev. Assoc. Med. Bras.</i>	1
22	<i>Rev. bras. Ci. Soc.</i>	9
23	<i>Rev. Bras. Educ.</i>	1
24	<i>Rev. bras. educ. med.</i>	1
25	<i>Rev. bras. enferm.</i>	1
26	<i>Rev. Bras. Hist.</i>	1
27	<i>Rev. bras. polít. int.</i>	1
28	<i>Rev. direito GV</i>	1
29	<i>Rev. econ. contemp.</i>	1
30	<i>Rev. Econ. Polit.</i>	1
31	<i>Rev. esc. enferm.</i>	1
32	<i>Rev. Estud. Fem.</i>	1
33	<i>Rev. Hosp. Clin.</i>	1
34	<i>Rev. katálysis</i>	3
35	<i>Rev. Latino-Am. Enfermagem</i>	2
36	<i>Rev. Saúde Pública</i>	3
37	<i>Rev. Sociol. Polit.</i>	5
38	<i>São Paulo Perspec.</i>	4
39	<i>Soc. estado.</i>	2
40	<i>Sociologias</i>	4
41	<i>Sur, Rev. int. direitos human.</i>	6
42	<i>Tempo</i>	1
43	<i>Tempo soc.</i>	4
44	<i>Trans/Form/Ação</i>	2
	Total:	107

IV – Quadro de áreas e revistas, por número de revistas

Área	Revista	Artigos
Saúde	Ciênc. saúde coletiva	7
	Rev. Saúde Pública	3
	Cad. Saúde Pública	2
	Physis	2
	Rev. Latino-Am. Enfermagem	2
	Rev. bras. educ. med.	1
	Rev. bras. enferm.	1
	Rev. Assoc. Med. Bras.	1
	Rev. esc. enferm.	1
	Rev. Hosp. Clin.	1
Total:	10	21
Ciências Sociais	Rev. bras. Ci. Soc.	9
	Lua Nova	6
	Rev. Sociol. Polit.	5
	Sociologias	4
	Tempo soc.	4
	Soc. estado.	2
	Opin. Publica	2
	Novos estud. - CEBRAP	2
	Horiz. antropol.	1
Total:	9	35
Psicologia	Psicol. Reflex. Crit.	10
	Estud. psicol. (Natal)	2
	Fractal, Rev. Psicol.	1
	Psicol. estud.	1
	Psic.: Teor. e Pesq.	1
Total:	5	15
Multidisciplinares	São Paulo Perspec.	4
	Cad. Pagu	1
	Rev. Estud. Fem.	1
	Ambient. soc.	1
	Estud. av.	1
Total:	5	8
Educação	Educ. Pesqui.	2
	Rev. Bras. Educ.	1
	Educ. Soc.	1
Total:	3	4
Economia	Rev. econ. contemp.	1
	Rev. Econ. Polit.	1
Total:	2	2
Filosofia	Trans/Form/Ação	2
	Kriterion	1
Total:	2	3
História	Rev. Bras. Hist.	1
	Tempo	1
Total:	2	2
Relações Internacionais	Contexto int.	2
	Rev. bras. polít. int.	1

Total:	2	3
Direito	Sur, Rev. int. direitos human.	6
	Rev. direito GV	1
Total:	2	7
Administração	Rev. adm. contemp.	4
Serviço Social	Rev. katálysis	3
TOTAL:	44	107

V – Quadro de áreas, revistas e temas (detalhado)

Área	Revista	Artigos	Temas
Ciências Sociais (sociologia, ciência política, antropologia)	Rev. bras. Ci. Soc.	9	justiça ambiental violência - gênero justiça penal promotores de justiça justiça distributiva justiça criminal - estupro Ministério Público estudos sobre teoria de justiça reformas políticas e movimentos sociais
	Lua Nova	6	justiça social justiça distributiva estudos sobre teoria de justiça (2) reconhecimento e justiça justiça distributiva internacional
	Rev. Sociol. Polit.	5	valores jurídicos - elite judiciária padrões de recrutamento - poder judiciário justiça penal educação em justiça judicialização da política
	Sociologias	4	desigualdades sociais justiça penal CIC - Centros de integração da Cidadania desigualdades sociais - violência
	Tempo soc.	4	reforma da justiça justiça penal justiça do trabalho violência / democracia
	Soc. estado.	2	justiça criminal e prostituição violência conjugal
	Opin. Publica	2	reforma da justiça

			justiça eleitoral - compra de votos
	Novos estud. - CEBRAP	2	interpretação da tolerância como um valor político Varas Especiais da Infância e da Juventude
	Horiz. antropol.	1	justiça ambiental - racismo ambiental
Total:	9	35	
Saúde (pública, enfermagem, medicina)	Ciênc. saúde coletiva	7	justiça ambiental (2) justiça ambiental - Avaliação de Impactos Ambientais UTI neonatal - bioética de proteção pesquisa em saúde impacto das desigualdades na saúde justiça distributiva - saúde do homem
	Rev. Saúde Pública	3	justiça ambiental políticas de saúde desigualdades sociais
	Cad. Saúde Pública	2	políticas de saúde - justiça social análise de um movimento não governamental - justiça social
	Physis	2	justiça social - deficiência violência - gênero
	Rev. Latino-Am. Enfermagem	2	desigualdades sociais - deficiência violência doméstica
	Rev. bras. educ. med.	1	formação de profissionais da saúde
	Rev. bras. enferm.	1	justiça distributiva
	Rev. Assoc. Med. Bras.	1	honorários médicos
	Rev. esc. enferm.	1	equidade de gênero
Rev. Hosp. Clin.	1	bioética - transplantes	
Total:	10	21	
Psicologia	Psicol. Reflex. Crit.	10	justiça distributiva / moralidade (3) generosidade / justiça justiça organizacional julgamentos de responsabilidade e justiça representações de justiça (2) justiça e níveis de análise justiça distributiva - normas sociais escolares

	Estud. psicol. (Natal)	2	análise de um sistema social: a fila de espera representações de justiça, injustiça e lei
	Fractal, Rev. Psicol.	1	a adolescência no processo judicial
	Psicol. estud.	1	justiça organizacional - retaliação
	Psic.: Teor. e Pesq.	1	percepções de justiça - professores do ensino superior
Total:	5	15	
Multidisciplinares	São Paulo Perspec.	4	CICs cidadania justiça criminal - benefícios prisionais justiça criminal - gênero e raça política criminal - reforma da legislação penal
	Cad. Pagu	1	tráfico de pessoas - Direitos Humanos
	Rev. Estud. Fem.	1	ações afirmativas - raça
	Ambient. soc.	1	movimentos ambientalistas - justiça ambiental
	Estud. av.	1	representação da violência no cinema
Total:	5	8	
Direito	Sur, Rev. int. direitos human.	6	medicamentos - pobreza justiça transicional na África (3) Camboja - o Khmer Vermelho judicialização da política - Colômbia
	Rev. direito GV	1	Emenda Constitucional 45
Total:	2	7	
Administração	Rev. adm. contemp.	4	percepções de justiça - ensino superior gerenciamento de reclamações percepções de justiça - comprometimento organizacional percepções de justiça - retaliação organizacional
Educação	Educ. Pesqui.	2	justiça, democracia, Direitos Humanos e educação representações de injustiça
	Rev. Bras. Educ.	1	justiça social - cotas raciais nas universidades
	Educ. Soc.	1	educação moral
Total:	3	4	
Filosofia	Trans/Form/Ação	2	estudos sobre teoria de justiça (2)
	Kriterion	1	estudo sobre teoria de justiça
Total:	2	3	

Relações Internacionais	Contexto int.	2	estudo sobre teoria de justiça justiça transicional na África
	Rev. bras. polít. int.	1	análise das relações entre a U. E., América Latina e Caribe
Total:	2	3	
Serviço Social	Rev. katálysis	3	violência e socioeducação violência conjugal justiça criminal - estupro
Economia	Rev. econ. contemp.	1	desigualdades sociais - justiça racial
	Rev. Econ. Polit.	1	estudo sobre Riqueza das Nações - Adam Smith
Total:	2	2	
História	Rev. Bras. Hist.	1	análise do sistema de justiça nas Minas Gerais, Império
	Tempo	1	direitos na Primeira República
Total:	2	2	
TOTAL:	44	107	

VI – quadro de agrupamento dos 22 artigos escolhidos

Grupo		Artigo	Revista	Tema	Recorte	Resultados
Estudos em escolas (todos com foco no aluno)	Nacionais	<i>Justiça distributiva e empatia em adolescentes do Nordeste Brasileiro</i> (SAMPAIO, Leonardo Rodrigues et al)	Psicol. Reflex. Crit.	Justiça distributiva / Moralidade	Empatia; adolescentes do Nordeste Brasileiro	As dimensões de tomada de perspectiva e de <i>personal distress</i> , além das variáveis sexo e tipo de escola exerceram influência significativa na resolução da situação-problema.
		<i>Justiça distributiva em crianças de 5 a 10 anos de idade</i> (SAMPAIO, Leonardo Rodrigues, CAMINO, Cleonice P. dos Santos and ROAZZI, Antonio)	Psicol. Reflex. Crit.	Justiça distributiva / Moralidade	Crianças de 5 a 10 anos de idade	Uma tendência ao igualitarismo absoluto é predominante nas crianças de 5 a 6 anos; o uso de julgamentos equitativos torna-se maior à medida que a idade das crianças avança; os julgamentos que levavam em consideração a importância da cooperação e do respeito mútuo foram identificados mesmo em crianças de 5 a 6 anos.
		<i>A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança</i> (LA TAILLE, Yves de)	Psicol. Reflex. Crit.	Moralidade	Generosidade / justiça em crianças de 6 e 9 anos	A maioria das crianças de 6 anos atribui sentimentos positivos à personagem não justa. Em compensação, elas atribuem sentimentos negativos às personagens não generosas.
		<i>Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil</i>	Psicol. Reflex. Crit.	Justiça distributiva / Moralidade	Crianças e adolescentes do Sul do Brasil	Crianças de cinco a seis anos utilizaram predominantemente regras de autoridade e igualdade, as de nove a dez anos, regras de igualdade e, os adolescentes,

Estudos em escolas (todos com foco no aluno)	Nacionais	(DELL'AGLIO, Débora Dalbosco and HUTZ, Claudio Simon)				regras de equidade.
		<i>O conceito de justiça distributiva relacionado às normas sociais escolares</i> (SALES, Eliana da Mota Bordin de)	Psicol. Reflex. Crit.	Justiça distributiva / Moralidade	Normas sociais escolares	Há evolução na utilização dos princípios de justiça distributiva, em diferentes idades e em cada sexo e esta evolução é acompanhada da evolução de conceitos de certo e errado relacionados às normas sociais escolares
		<i>Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio</i> (CARBONE, Renata Aparecida and MENIN, Maria Suzana De Stéfano)	Educ. Pesqui.	Representações de (in)justiça	Na escola; moralidade	Em nenhuma das séries a escola aparece como uma "comunidade justa" e prevalecem os casos de injustiça retributiva e legal. Como principais agentes de injustiças aparecem, primeiramente, o professor perante seus alunos e, em segundo lugar, os alunos entre eles mesmos. Os alunos de escola particular apontaram mais o professor como agente de injustiças que os de escola pública. Entre essas as injustiças entre alunos foi mais citada. Os alunos de escola pública se posicionaram contra regras escolares que se opõem às necessidades pessoais com mais veemência que os de escola particular.
	<i>Total: 6</i>					

Estudos em escolas (todos com foco no aluno)	Estrangeiros	<i>Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena</i> (VALDIVIESO, Patricio)	Rev. Sociol. Polit.	Democracia participativa e capital social	Diagnóstico das dificuldades socioeconômicas e políticas na América Latina; educação na área da justiça	Não apresenta. A educação em justiça parece ser a proposta final.
	Nacional e estrangeiro	<i>Representações sociais de lei, justiça e injustiça: uma pesquisa com jovens argentinos e brasileiros utilizando a técnica de evocação livre de palavras</i> (SHIMIZU, Alessandra de Moraes and MENIN, Maria Suzana De Stefano)	Estud. psicol. (Natal)	Representações sociais	(In)justiça, lei; jovens argentinos e brasileiros	Variações importantes relacionadas à nacionalidade dos jovens
Total: 8						
Ensino Superior	Ações Afirmativas	<i>Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas</i> (NEVES, Paulo S. C. and LIMA, Marcus Eugênio O.)	Rev. Bras. Educ.	Justiça social	Políticas de ação afirmativa para minorias étnicas; percepções de justiça social e posicionamento sobre as cotas	Forte rejeição às cotas, sobretudo na universidade. Pode indicar tanto uma recusa a uma transformação do modelo de justiça liberal (mérito individual), quanto uma resistência ao tipo de ação apenas midiática que as cotas se estão transformando na sociedade brasileira.

Ensino Superior	Ações Afirmativas	<i>Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília</i> (WELLER, Wivian and SILVEIRA, Marly)	Rev. Estud. Fem.	Ações afirmativas	Cotas para negros nas universidades públicas; gênero	Não adianta a medida ser justa e estar de acordo com os imperativos da justiça social se ela não produz resultados; as cotas não representam a única forma de luta por reconhecimento e redistribuição (mas são um começo).
		<i>Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores</i> (MENIN, Maria Suzana De Stefano et al)	Educ. Pesqui.	Representações sociais	Cotas; estudantes universitários	Há uma rejeição às políticas relacionadas às cotas, uma vez que estas foram percebidas como mais ameaçadoras do que aquelas referentes ao vestibular e ao cursinho gratuito. Na grande parte das respostas dadas pelos alunos, fica evidente o conflito de valores: mérito versus igualdade compensatória. Valores como justiça, igualdade, esforço próprio, sobre os quais a maioria dos universitários respalda suas respostas contrárias às cotas, estão sendo questionados pelas políticas de ação afirmativa, o que indica que enfrentá-los é o grande desafio posto a essas políticas.
		<i>Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial</i> (MOEHLECKE, Sabrina)	Educ. Soc.	Políticas de igualdade racial	Cotas nas universidades públicas	Não apresenta
	<i>Total: 4</i>					

	Professores	<i>Percepções de justiça: estudos de dimensionalização com professores do ensino superior</i> (REGO, Arménio)	Psic.: Teor. e Pesq.	Percepções de justiça	Professores do ensino superior; instrumento de medição	Os professores distinguem cinco facetas da justiça. Outros com relação ao modelo do instrumento.
Total: 5						
Índole Teórica ou Geral		<i>Educação, justiça e direitos humanos</i> (ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar)	Educ. Pesqui.	Relações entre democracia, justiça e direitos humanos	Educação; globalização	-
		<i>Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional</i> (MAINARDES, Jefferson and MARCONDES, Maria Inês)	Educ. Soc.	Justiça Social	?	-
		<i>Justiça social e formação de professores</i> (MARCONDES, Maria Inês)	Educ. Soc.	Justiça social	Formação de professores	-
		<i>A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos</i> (BOTO, Carlota)	Educ. Soc.	Direitos Humanos e educação	Educação escolar; direito à educação	-
		<i>O que é uma escola justa?</i> (DUBET, François)	Cad. Pesqui.	Políticas compensatórias em educação	Igualdade e justiça escolar	-
Total: 5						

Adolescentes em conflitos com a lei		<i>Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa</i> (AGUINSKY, Beatriz and CAPITÃO, Lúcia)	Rev. katálysis	Violência e juventude	Socioeducação; Justiça Restaurativa	A Justiça Restaurativa pode ser uma forma de mudança (<i>não dá para perceber se isso é colocado como hipótese ou resultado</i>)
		<i>Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa</i> (MENIN, Maria Suzana De Stefano)	Psicol. Reflex. Crit.	Concepções de justiça	Representações Sociais; adolescentes infratores	Sugestões para próximos trabalhos na área: serem investigadas variáveis como classe social, escolaridade e mídia e suas influências nas representações de justiça.
		Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial (CIARALLO, Cynthia Rejanne Correa Araujo and ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira)	Fractal, Rev. Psicol.	Adolescência no processo judicial	Conflitos entre prática e idéias; situação irregular	As representações compartilhadas no âmbito da Justiça acerca do adolescente são ainda ancoradas em um modelo tutelar que considera o adolescente um objeto de direito, cujo futuro, na condição de infrator, deve ser traçado pelo Estado.
	Varas Especiais	<i>Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude</i> (MIRAGLIA, Paula)	Novos estud. - CEBRAP	Justiça e juventude	Varas Especiais da Infância e da Juventude; Estatuto da Criança e do Adolescente	Não apresenta
Total: 4						

